

## Capítulo I

# INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM CURITIBA PÓS ANOS 70

Para compreender a concentração industrial em Curitiba e a tendência recente de localização industrial que expressa a nova lógica de desconcentração metropolitana, faz-se necessário a análise do processo histórico no qual se insere a economia paranaense de modo geral e a metropolitana de modo particular e como ela se relaciona com a acelerada urbanização do estado após a década de 70, também fortemente concentrada em Curitiba.

A necessidade da análise do processo histórico para a compreensão das transformações urbano e industriais recentes em Curitiba se justifica na medida em que não é possível explicar o presente sem procurar seus germes em outro momento, ou seja, as conexões entre o presente e o passado. Assim, considerando a amplitude do processo histórico e propondo um recorte capaz de ajudar na compreensão do momento atual, chegamos à década de 70, isto porque a mesma representa um momento de grandes mudanças no contexto da sociedade brasileira, exemplificados a partir do milagre econômico e seu conseqüente *boom* industrializante; da intensa ação e intervenção do Estado em todas as instâncias da vida social, que, para além da economia, representou também um forte cerceamento da liberdade pessoal e das instituições democráticas, culminando na indicação dos governantes (em todos os níveis) e na ausência de compromissos sociais, o que facilitou, sobremaneira a instauração do planejamento autoritário, imposto a revelia das aspirações sociais; da aceleração da urbanização, a partir do crescente êxodo rural; enfim a década de 70, foi portadora de mudanças de toda sorte que representam um importante marco temporal da história recente brasileira.

As mudanças verificadas no país e esboçadas anteriormente, não ocorrem num plano abstrato, mas materializam-se nas ações locais ou regionais, tais como aquelas que ocorreram no estado do Paraná, de modo geral e mais especificamente em Curitiba.

Desse modo, o Estado autoritário viabilizou-se em Curitiba, pela ação de um planejamento imposto, em cujo bojo apresentava-se nitidamente a tentativa de implementar caminhos capazes de alterar o perfil econômico vigente (cujas bases assentavam-se na agricultura), principalmente através das políticas de atração industrial, levadas à cabo nos anos 70 e que culminaram na criação da Cidade Industrial de Curitiba. Nessa década, às razões de ordem geral que promoveram a acelerada saída do campo em busca das cidades, soma-se uma condicionante de ordem local, as fortes geadas do início dos anos 70 que tiveram papel fundamental na formação das grandes levas de migrantes que deixaram as lavouras de café do norte do estado em direção a outras regiões do país (expansão da fronteira agrícola), como também em direção às cidades paranaenses, não é sem razão que a população de Curitiba eleva-se de seiscentos mil para mais de um milhão de habitantes entre 1970 e 1980.

É nessa década que estão as raízes do processo de industrialização recente, assentado sobretudo na atração de grandes empresas multinacionais, predominantemente do complexo metal-mecânico, sem nenhuma ligação com a realidade paranaense anterior aos anos 70.

A industrialização paranaense pós anos 70 não se relaciona, portanto, com a continuidade das iniciativas industriais locais incipientes desde o início do século XX, mas sim com a completa ruptura, na medida em que se baseia num outro tipo de indústria, voltada para um outro mercado (nacional e internacional), com controle acionário externo, enfim, com um perfil muito distinto daquele predominante anteriormente. Desse modo, a gênese do processo recente se coloca enquanto procedimento importante para desvendar a problemática atual, mas numa temporalidade curta, restrita a pouco mais de duas décadas.

A pretendida inserção da indústria na economia paranaense se fez por meio de intensos atrativos fiscais e financeiros, voltados, sobretudo à atração de grandes empresas de capitais externos. No plano da localização, Curitiba foi eleita como o

destino principal dos novos capitais, despontando, assim, como lugar privilegiado para a alavancada industrial paranaense.

Apesar de não se pretender associar mecanicamente as transformações atuais com aquelas iniciadas nos anos 70, reduzindo o momento atual a uma simples "herança" do passado, portanto, inexorável, há que se compreender a associação que existe entre os dois momentos.

Desse modo, o que se objetiva neste Capítulo é compreender como se deu a industrialização e a urbanização paranaense até o final dos anos 80, de modo a que se possa identificar continuidades e/ou rupturas não só internamente ao período, uma vez que a década de 70 apresenta-se como de muita relevância no esboço de uma nova fase urbano-industrial, como também entre esse período e o posterior, iniciado em meados dos anos 90.

Portanto, trata-se de um movimento contínuo onde o espaço produzido vai se transformando na medida em que a economia e a sociedade paranaense, em particular a metropolitana, também se transformam, seja em função das atividades industriais que passam a ser mais significativas em Curitiba na década de 70, seja em função da modernização do campo, mudança de cultura (do café para o binômio soja e trigo) e liberação de mão de obra com a intensificação do processo de êxodo rural e a conseqüente aceleração da urbanização.

Ressalta-se, ainda, que é exatamente no interior desse período que foram constituídas as Regiões Metropolitanas Brasileiras, dentre as quais a de Curitiba, mais precisamente em 1973, mesmo momento em que se inicia, de modo efetivo, as ações de planejamento urbano em Curitiba no bojo do qual cria-se uma área destinada à indústria.

Ao final desse período e como resultado das transformações ocorridas, observa-se uma forte concentração da indústria de característica moderna e dinâmica, bem como da população estadual em Curitiba, além da qual praticamente nenhum município da recém criada Região Metropolitana se destacava, a exceção de Araucária em virtude de ter sido este o local escolhido para a implantação da Refinaria Getúlio Vargas, cuja localização foi também fruto de decisões "de segurança nacional", típicas do momento em questão.

Portanto, o período a ser analisado no presente Capítulo - aquele que se estende do início dos anos 70 até o final dos anos 80 -, é revelador de uma lógica predominantemente concentradora da economia e da população estadual em Curitiba. É nesse momento que se dá a estruturação do espaço urbano em Curitiba, com forte influência do processo de planejamento, é nesse momento que foram tomadas importantes decisões no âmbito da economia e da cidade, cujo resgate é decisivo para a compreensão das transformações recentes.

## 1.1 A EMERGÊNCIA DA INDÚSTRIA DINÂMICA E SUA CONCENTRAÇÃO EM CURITIBA

O estado do Paraná viveu, ao longo de sua história, diferentes ciclos econômicos, no entanto, nenhum deles teria sido suficientemente capaz de gerar uma dinâmica de acumulação como a ocorrida no estado de São Paulo com o café e que redundou na emergência da indústria, muitos trabalhos que se reportam à compreensão da formação econômica paranaense, a interpretam como tendo características de economia periférica.

Aliás, periferia talvez seja a expressão mais utilizada para se referir ao conjunto do país, excluindo São Paulo, quando se trata da questão industrial. Assim o é quando CANO (1985), analisa a concentração regional da indústria brasileira e elege dois grandes recortes espaciais: São Paulo e a periferia, concluindo que a periferia teve seu crescimento industrial, ao contrário de se pensar em completa estagnação, para tanto conclui “o crescimento da periferia sempre acompanhou o de São Paulo” (CANO, 1985, p.87-88).

Ou ainda quando, após minuciosa análise do desempenho da indústria brasileira no período imediatamente anterior a 1970 e considerando os recortes espaciais anteriormente ressaltados, chega à seguinte conclusão:

A expansão periférica foi acentuada ... [e] ... baseou-se fundamentalmente nos ramos de mecânica e de material de transporte e, em várias regiões, também sobressaiu o de material elétrico e comunicações. Penso que os maiores responsáveis por esse aumento foram os efeitos derivados da grande expansão automobilística do país e

dos investimentos governamentais em eletricidade e comunicações” (CANO, 1985, p. 99).

Como resultado, teria havido uma diminuição na disparidade de crescimento entre São Paulo e a periferia nacional. Contudo, o Autor adverte que não se deve confundir tal crescimento com uma “industrialização regional autônoma”, na medida em que o comando do processo de acumulação parte de São Paulo, notadamente o centro dominante.

LEÃO (1989) chama a atenção para a existência de duas vertentes principais de interpretação da economia paranaense antes dos anos 70, a primeira seria aquela baseada na visão Cepalina de análise das relações centro-periferia, particularmente forte no trabalho de PADIS (1981), que expressa uma visão denominada de tradicional, segundo LEÃO, que “percebe o Estado [do Paraná] como uma economia periférica e dependente, isto é, cuja expansão responde a estímulos do pólo paulista na proporção em que este demande matérias-primas e produtos alimentares necessários à sua própria industrialização” (LEÃO, 1989, p.7).

A segunda interpretação baseia-se na compreensão de que a inserção do Paraná na economia nacional se deu concomitante à expansão do café, revelando o caráter dinâmico e moderno da economia cafeeira, perfeitamente integrado aos objetivos do capital. Assim, “o traço fundamental da economia paranaense não é dado pelo seu caráter de exportadora de produtos primários, mas por sua natureza capitalista, isto é, pelo grau de avanço das relações de produção que nela se observam” (LEÃO, 1989, p. 28).

Prosseguindo na demonstração das diferentes perspectivas, LEÃO conclui que

a tese de um Paraná dependente é também afastada ao se explicar a não diversificação industrial nos anos cinquenta e sessenta. A concorrência da indústria paulista não é vista como explicação mais relevante, uma vez que o Estado apresentava áreas pouco dinâmicas e não era integrado economicamente. Além disso, não havia um sistema de financiamentos industriais adequado, mantendo-se o governo sem qualquer política em relação ao setor. (LEÃO, 1989, p. 29)

Assim, parece oportuno ressaltar que, apesar de distintas interpretações, deve-se considerar a totalidade nacional para se explicar, em seu interior, o processo de

industrialização paranaense, não necessariamente na perspectiva da dependência mas, sobretudo, na da complementaridade.

Não se pode esquecer, também, a posição geográfica do estado do Paraná em relação à São Paulo, tampouco a forte influência paulista na colonização do Norte do Paraná, de fundamental importância para a economia estadual em meados do século XX, ou, para sua inserção na dinâmica econômica nacional.

Segundo GUSSO (1996) o papel do extremo sul do país na economia brasileira após a década de 30, foi o de fornecer alimentos para o centro dinâmico do país (sudeste), através da exportação de gêneros como carnes, couro e madeira.

Apesar de sua contribuição complementar para a economia nacional, alguns ciclos econômicos foram de extrema relevância para a economia paranaense e para a formação de uma burguesia local, respectivamente, o ciclo do mate e o ciclo da madeira. O primeiro destacou-se no século XIX, quando a erva passou a ser exportada para o Chile, Paraguai e Argentina.

Para MAGALHÃES FILHO (1996), o mate possibilitou o ressurgimento do comércio, abatido com o fim do tropeirismo, e a geração de “tecnologias” para o processamento da erva; no final do século XIX, o mate exportado já passava por um processo de beneficiamento, além de se utilizar de trabalho assalariado.

No início do século XX a economia ervateira declinou, principalmente em razão da concorrência com a Argentina, onde o cultivo era feito em grande escala comercial e da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

A madeira foi outro produto de notável importância para a economia paranaense, principalmente após o declínio do mate, sendo destaque, ressaltadas as devidas transformações, até os dias atuais.

É importante destacar que a maioria das relações comerciais geradas pelo mate e pela madeira, ocorriam com o extremo sul do país e com os países vizinhos e proporcionalmente menos com São Paulo, no caso do mate por motivos óbvios relacionados à cultura e consumo do produto.

Aos ciclos econômicos corresponderam algumas investidas no setor industrial, ligadas ao beneficiamento do mate e processamento da madeira, é o caso de empresas como a Matte Leão e Mate Real, ambas localizadas em Curitiba até os dias atuais.

Ao contrário do que ocorreu em São Paulo, a participação do imigrante na economia deu-se basicamente a partir de sua vinculação à economia de subsistência, com pequena comercialização do excedente, não sendo capaz de alterar a estrutura econômica do estado (MAGALHÃES FILHO, 1996).

Na década de 40 o setor industrial era pouco expressivo em seu conjunto, os gêneros de destaque eram madeira, mobiliário e produtos alimentares, que respondiam, respectivamente, por 63% dos estabelecimentos industriais, 62% da mão-de-obra, 61% dos salários, 70% do valor total da produção e 61% do valor agregado do setor (MAGALHÃES FILHO, 1996, p. 145). Em 1942 o Paraná respondia por 2,4% do valor da produção industrial brasileira.

À época, o Paraná não contava com uma destacada classe de proprietários rurais, haja vista que nenhuma das atividades expressivas economicamente baseava-se na agricultura.

Para MAGALHÃES FILHO (1996), diferentemente de GUSSO (1996) citado anteriormente, as relações econômicas principais do Paraná se davam com outras economias primário-exportadoras, particularmente do sul do país e extremo sul do continente e não com as economias avançadas do sudeste.

A partir da década de 40 o cenário econômico paranaense sofre relevantes alterações com a emergência do café no norte do estado e com a intensificação das relações com a economia paulista, por intermédio mesmo do café.

A atividade industrial se expandiu, agora por impulso direto do beneficiamento do café, tanto que entre 1939 e 1949 a taxa de crescimento industrial do Paraná foi de 10%, contra 9,8% de São Paulo e 7,8% do Brasil (BRAGUETTO, 1999, p. 152).

Segundo BALHANA et al. (1969, p. 239-240), em 1950 o Paraná ocupava o sétimo lugar quanto ao valor da produção industrial em relação ao conjunto da produção industrial brasileira, “em 1949, as atividades industriais paranaenses podem ser ainda consideradas como pré-industriais de beneficiamento primário, de algumas matérias-primas oriundas da agricultura e da extração florestal”. O grande destaque passou a ser a torrefação e moagem do café.

Em 1960, segundo a mesma fonte, a indústria paranaense gerava cerca de 10% da renda interna do estado enquanto no Brasil a indústria era responsável por cerca

de 26% da renda interna, o que revela a fragilidade da industrialização. Fragilidade que se justifica também pela deficiência tanto na geração de energia elétrica quanto na infra estrutura viária, incompatíveis com as necessidades de um setor industrial vigoroso.

Com a crise do café iniciada na década de 60, grande parte das atenções voltaram-se para a indústria, mais precisamente para formas de atrair a indústria para o estado, na medida em que tal atividade era tida como capaz de amenizar as conseqüências advindas da forte concentração de pessoas nas cidades, principalmente na capital do estado, Curitiba, e do elevado índice de desemprego, “o caminho era o da concentração de esforços governamentais na industrialização e sua distribuição no Estado, e não apenas na área da Capital paranaense” (BALHANA et al., 1969, p. 239).

Nesse momento, década de 60, a indústria, apesar de incipiente, ou como sugere LEÃO (1991, p. 67) “... no Paraná, [há] somente um pequeno embrião do que os economistas costumam chamar por indústria, a saber, a indústria pesada nos setores de bens duráveis e bens de capital”, apresentava-se distribuída por três regiões principais:

- a do norte (destacando-se Londrina, Maringá, Araçongas, Apucarana, Ibiporã e Paranaíba), responsável por 32% do total do Valor da Transformação Industrial (VTI) paranaense;
- a madeireira (englobando Irati, União da Vitória e Campo Mourão), com 16% do VTI, e
- a do sul (Curitiba, Rio Branco do Sul, Campo Largo, Ponta Grossa e Tibagi), com participação expressiva de 52% do VTI (BALHANA et al., 1969, p. 242).

Ressalta-se, contudo, a disparidade entre a participação de Curitiba e a dos demais municípios, enquanto Curitiba gerava 23% do total do valor da transformação industrial do Paraná, os municípios que a seguiam em importância relativa, participavam com 4,8% do total, respectivamente Londrina e Maringá.

A estrutura produtiva do estado mostrou-se sempre fortemente marcada pelos gêneros tradicionais da indústria, com destaque para produtos alimentares, madeira, minerais não metálicos, mobiliário, papel e papelão e têxtil. É o que pode ser



observado no quadro a seguir, que apresenta os gêneros mais representativos em cada período analisado.

Para a análise da estrutura produtiva trabalhou-se com os indicadores pessoal ocupado, número de estabelecimentos e VTI, podendo-se perceber importante variação entre eles, principalmente em relação ao VTI, segundo o qual a indústria química passou a ter a liderança na estrutura produtiva na década de 80; assim como os gêneros metalúrgica e mecânica passaram a liderar em relação ao pessoal ocupado e ao número de estabelecimentos, é o que pode ser visto no Quadro 01.

O destaque para o gênero química se deu, fundamentalmente, em razão da implantação da Refinaria e do Complexo Petroquímico da Petrobras, no município de Araucária (Região Metropolitana de Curitiba), na década de 70, cujos reflexos já são percebidos nos anos 80. Anteriormente a isso, o gênero química se referia ao processamento de óleos vegetais, alterando sua qualidade após a implantação da citada Refinaria.

De toda forma, observa-se uma paulatina participação dos gêneros dinâmicos na estrutura produtiva paranaense em estreita associação ao peso crescente de Curitiba no contexto industrial estadual.

Para STORPER (1984), as indústrias dinâmicas são aquelas que se caracterizam pela aplicação de capital e tecnologia intensivos, ou seja, apresentam proporções mais elevadas de tecnologia e de capital por pessoa empregada, opondo-se, assim, ao grupo onde predomina o trabalho intensivo e o número mais elevado de trabalhadores<sup>1</sup>.

Assim, no conjunto das indústrias dinâmicas o Autor engloba os seguintes gêneros industriais: metalúrgica; papel e papelão; química; farmacêutica; borracha,

---

<sup>1</sup> Dentre as várias possibilidades de classificação das indústrias, pode-se citar a proposta por TORRES (1993) que distribui as indústrias em três grupos, a saber, *indústria tecnológica* que engloba os gêneros mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, borracha, farmacêuticos, perfumaria, sabões e velas e produtos de matéria plástica; *indústrias de bens intermediários*: minerais não metálicos, metalúrgica, papel e papelão e química e *indústrias tradicionais*: madeira, mobiliário, couros e peles, têxtil, vestuário, produtos alimentares, bebidas, fumo, editorial e gráfica e diversas. Além dessa, pode se destacar também a classificação mais usual, onde as indústrias são agrupadas em *bens de capital ou de produção*, *bens intermediários* e *bens de consumo*. Comparando-se as classificações de STORPER (1984) e TORRES (1993), observa-se que o primeiro apresenta um conjunto mais abrangente de gêneros dinâmicos, composto inclusive por alguns dos gêneros classificados por TORRES como de bens intermediários, respectivamente papel e papelão, química e metalúrgica. A escolha da classificação de STORPER (1984), permite evidenciar um componente essencial para a análise que se está efetuando, qual seja, a diferenciação qualitativa que se revela em relação as três principais variáveis que norteiam a classificação: capital, tecnologia e geração de empregos.

mecânica, material de transporte, material elétrico e de comunicações e produtos de matéria plástica.

Tendo em vista as características da economia paranaense e a não geração de um dinamismo endógeno capaz de promover a industrialização, que se limitava à

Quadro 01 - Paraná: gêneros industriais mais representativos<sup>2</sup>, segundo número de estabelecimentos, valor da produção e pessoal ocupado, 1939-1980.

#### Número de Estabelecimentos

Gêneros mais representativos	1940	1950	1960	1970	1980
1º	Prod. Alim.	Prod. Alim.	Prod. Alim.	Prod. Alim.	Prod. Alim.
2º	Madeira	Min. não Met.	Madeira	Madeira	Madeira
3º	Min. não Met.	Madeira	Min. Não Met.	Min. não Met.	Min. Não Met.
4º		Bebidas	Mobiliário	Mobiliário	Mobiliário
5º					Metalúrgica
6º					Mecânica

#### Valor da Produção

Gêneros mais representativos	1940	1950	1960	1970	1980
1º	Prod. Alim.	Prod. Alim.	Prod. Alim.	Prod. Alim.	Química
2º	Madeira	Madeira	Madeira	Madeira	Prod. Alim.
3º	Química e Farm.	Papel e Papelão		Têxtil	Madeira
4º				Min. não Met.	Min. Não Met.
5º					Papel e papelão
6º					Têxtil

#### Pessoal Ocupado

Gêneros mais representativos	1940	1950	1960	1970	1980
1º	Madeira	Madeira	Madeira	Madeira	Madeira
2º	Prod. Alim.	Prod. Alim.	Prod. Alim.	Prod. Alim.	Prod. Alim.
3º	Min. não Met.	Min. não Met.	Min. não Met.	Min. Não Met.	Min. Não Met.
4º	--	Mobiliário	Mobiliário	Mobiliário	Mecânica
5º	--	--	Papel e Papelão	--	Mobiliário
6º	--	--	--	--	Metalúrgica

Fonte: IBGE, Censos Econômicos e Industriais, 1940-1980.

<sup>2</sup> A representatividade dos gêneros foi definida a partir da aplicação de um modelo matemático, onde o corte para a definição do que é representativo se dá a partir do conjunto analisado, ou seja, para cada um dos indicadores trabalhados o corte ocorre em um ponto específico, por isso em alguns períodos aparecem apenas dois gêneros representativos enquanto em outros aparecem seis.

pouca expressividade discutida anteriormente, o Estado teve papel decisivo na atração de indústrias, sobretudo através de políticas de incentivo, capazes de resultar na implantação de importantes indústrias em Curitiba e Região Metropolitana.

Desse modo, a industrialização paranaense associa-se, intimamente, às ações do Estado, grande indutor do processo, sem as quais seria difícil o alcance dos resultados atualmente mensuráveis, bem como às determinações de ordem geral, como aquelas relacionadas aos efeitos do milagre brasileiro no início dos anos 70, à década "perdida" dos anos 80, período de grande estagnação econômica e aos esforços de retomada do crescimento econômico ocorrido a partir do início dos anos 90, sobretudo após o plano de estabilização econômica, dando um novo impulso à entrada de capitais externos no Brasil.

No Paraná, pode-se apontar dois momentos onde as ações do Estado foram decisivas para a industrialização, em ambos o objetivo foi a atração de capitais externos, principalmente multinacionais:

- a) o primeiro situado temporalmente na década de 70 com efeitos visíveis ainda no início dos anos 80, e materializado pela criação da Cidade Industrial de Curitiba;
- b) o segundo situado a partir de meados da década de 90, e materializado pela implantação de uma série de indústrias, particularmente relacionadas ao setor automobilístico, e localizadas no aglomerado metropolitano.

São momentos distintos porém interrelacionados, ambos tendo o Estado como pilar, ambos promotores de concentração industrial, porém, enquanto no primeiro o objetivo era explicitamente trazer indústrias para Curitiba, no segundo o aglomerado metropolitano é que se constitui em espaço privilegiado de localização. Da mesma maneira, em ambos os momentos, a indústria é apresentada à sociedade como a alavanca necessária para o desenvolvimento, geração de empregos e solução das desigualdades sócio-econômicas.

Primeiramente, como se trata de recuperar as relações entre o presente e o passado, nos preocuparemos com a compreensão daquilo que poderíamos denominar de "primeiro momento", isto porque reportamo-nos aos anos 70 e às condições geradas no âmbito da industrialização e da urbanização e que são fundamentais para a compreensão do momento atual, ou seja, do "segundo momento".

Desde a década de 70 os poderes públicos estadual e municipal, têm executado ações visando promover a inserção do estado do Paraná no processo de industrialização nacional. Isso pode ser verificado desde a implantação da Cidade Industrial de Curitiba - nada mais do que um local com uso do solo industrial, um distrito industrial na ótica do zoneamento urbano, ao qual se vinculou também a função residencial da classe trabalhadora -, onde apontava-se como necessária a transformação da economia paranaense, capitaneada por Curitiba, em direção ao setor secundário, pois “Curitiba, à risca de comprometer seu desenvolvimento, deve industrializar-se” (PEDIDO de financiamento... , 1973). Assim, lê-se na justificativa de implantação da CIC:

A participação da indústria na renda estadual, que era da ordem de 15% há 30 anos, caiu para 9% nos primeiros anos da década de 1960 e desde então vem-se mantendo ao nível de 10 a 12%. (...) A política oficial de fomento orienta-se no sentido de elevar a importância do setor secundário na geração da renda interna, mesmo mantidas as taxas de incremento dos outros setores, através de uma atuação orientada visando a atrair investidores externos e de fixar na atividade industrial capitais localmente gerados. (PEDIDO de financiamento pa implantação da CIC, 1973, p. 7)

Da mesma forma, os objetivos subjacentes ao programa de industrialização de Curitiba eram, segundo a Prefeitura Municipal (PEDIDO de ..., 1973):

- a) criar as condições infra-estruturais indispensáveis à implantação e à realocação industrial, através de uma política orientada de estímulos de natureza física e tributária;
- b) estabelecer um polo industrial capaz de absorver o contingente populacional gerado pelo processo acelerado de urbanização que vem se verificando nos principais centros urbanos, proporcionando meios eficazes de integração homem/indústria;
- c) incorporar novos processos tecnológicos ao parque industrial existente, visando à modernização das instalações e ao aprimoramento da mão-de-obra local, e
- d) induzir a constituição de outros pólos industriais no Estado através da utilização racional de suas potencialidades econômicas visando a proporcionar um desenvolvimento integrado do Estado do Paraná.”

Para a viabilização dos objetivos, uma extensa área de 4.370 ha, situada à oeste da cidade foi desapropriada e provida de infra-estrutura, “dentro de uma concepção inteiramente nova de integração entre indústrias e a cidade” além de inúmeros incentivos tributários, previstos na Lei Municipal nº 4471, como:

- isenção do IPTU por um período de até 10 anos;

- isenção do ISS por até 10 anos;
  - subvenção de até a quantia equivalente à cota de ICM devida ao município por até 5 anos;
- e incentivos físicos e financeiros, como:
- venda ou concessão real de uso de bens imóveis;
  - serviços de terraplanagem e de infra-estrutura física;
  - assessoria na elaboração dos estudos de viabilidade e dos projetos de engenharia, economia e finanças;
  - participação acionária de até 30% do capital nominal da sociedade.

Como resultado de tal política, uma série de novos investimentos foram atraídos para Curitiba, com destaque para: Siemens (equipamentos e aparelhos de telecomunicações), New Holland (máquinas agrícolas), Philip Moris (cigarros), White Martins, Furukawa Industrial (cabos telefônicos e acessórios), Robert Bosch (peças e equipamentos para diesel), Giben do Brasil (máquinas para corte de alta precisão), Bernard Krone do Brasil (reboques e semi reboques rodoviários) e Volvo (caminhões e ônibus), para citar algumas dentre as de capital internacional que de fato se implantaram.

Dentre os cerca de 65 protocolos assinados entre empresa e Prefeitura até o final de década de 70, muitos se referiam à relocação de unidades previamente existentes e localizadas em outras áreas da cidade e cuja transferência se justificava em razão de que a cidade passava a contar com uma área de uso preponderantemente industrial por força do zoneamento recém implantado. Dentre as indústrias relocadas<sup>3</sup> estavam indústrias de menor porte, que, em razão da necessidade de ampliação optaram pela transferência para a CIC, tal foi o caso da Plastipar e Classe Móveis, no entanto, há que se destacar a explícita política de incentivo às grandes empresas multinacionais. Isso fica evidente quando NAMUR (1992) demonstra que as empresas externas adquiriram lotes de maiores dimensões do que aqueles adquiridos pelas empresas locais e a um preço inferior o metro quadrado, ressaltando que, em muitos casos, o valor por metro quadrado pago para a desapropriação dos terrenos, foi superior ao valor de venda para as grandes indústrias, assim

enquanto uma empresa como a New Holland, que adquiriu 800.000 m<sup>2</sup> (80 ha) pagando somente Cr\$ 3,00/m<sup>2</sup>, uma empresa pequena como a Classe Móveis, que adquiriu 20.000 m<sup>2</sup> (2 ha) pagou Cr\$ 10,00/m<sup>2</sup> ... em 1974, as áreas adquiridas pelas empresas variavam de 7 a 35 ha a um preço que variava de Cr\$ 3,00/m<sup>2</sup> a Cr\$ 9,00/m<sup>2</sup>, ou seja, uma média de Cr\$ 3,87/m<sup>2</sup>. Prevalece o incentivo a grandes indústrias: uma Bosch, por exemplo, que adquiriu 530.000 m<sup>2</sup> (53 ha), pagou apenas Cr\$ 3,17/m<sup>2</sup> e uma Mac Linea, por 26.000 m<sup>2</sup> (2,6 ha) pagou Cr\$ 8,97/m<sup>2</sup>. (NAMUR, 1992, p.104)

NAMUR (1992) ressalta, ainda, o álibi apresentado pelo governo para os vultuosos incentivos, qual seja, aquele de que as grandes empresas seriam desencadeadoras de outros investimentos de menor porte, o que garantiria a consolidação da atividade industrial no estado. Importante frisar que, passados mais de vinte e cinco anos, os argumentos (álibis) são exatamente os mesmos, ou seja, um novo programa de incentivos é formulado exatamente para ativar a atividade industrial, aquela mesma que no passado já tivera toda sorte de incentivos e que, no entanto, não foi capaz de dar as respostas esperadas pela sociedade em termos de geração de emprego e renda, tanto que uma nova fase de incentivos ocorre nos anos 90, imbuída das mesmas justificativas.

As ações do Estado para a implantação da CIC foram viabilizadas através de um conjunto de empresas públicas, responsáveis pela dotação da infra-estrutura necessária ao empreendimento, destacando-se, principalmente a COPEL (Cia. Paranaense de Energia Elétrica), a SANEPAR (Cia. de Saneamento do Paraná) e a TELEPAR (Cia. de Telecomunicações do Paraná), além do BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná) e BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul).

Aos mecanismos objetivos e de natureza local (infra-estrutura, financiamento, isenção de impostos, dentre outros), somaram-se outros mais subjetivos, dos quais talvez o mais relevante tenha sido a constituição de um *lobby* político na capital federal, determinado a dar maior visibilidade ao processo de industrialização desencadeado em Curitiba, o qual teria tido seu maior êxito com a instalação da Volvo na Cidade Industrial de Curitiba, o que demonstra o peso das ações de ordem política como um importante, senão fundamental, indutor da localização industrial

---

<sup>3</sup> A natureza explícita de atração de grandes capitais externos se evidencia na inexistência de registros na CIC sobre as empresas relocadas, limitando os exemplos sobre essa situação.

contemporaneamente. É o que se observa a seguir, num relato sobre as “influências e oportunidades” que permearam a instalação da Volvo:

a Volvo, empresa sueca fabricante de caminhões, era muito cobiçada. E sua presença no Paraná daria maior visibilidade à CIC. Assim, quando ela acabou optando por Curitiba o *marketing* em torno foi incomensurável. E para tanto voltou a atuar a arma secreta do QG: o paranaense Karlos Rischbieter, pois ele presidiu o Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná, Badep (1972-74), presidiu a Caixa Econômica Federal (1974-77) e o Banco do Brasil (1977-79) e foi ministro da Fazenda (1979-80). Assim, quando a Volvo bateu nas portas de Brasília, Rischbieter bateu a notícia para a Prefeitura de Curitiba, esta por sua vez avisou outro paranaense, Maurício Schulman, então na presidência do BNH, e só restou à Volvo bater o martelo. (CIC: 25 anos bem empregados, 1998, p. 48)

Em sua concepção, a CIC<sup>4</sup> deveria ser mais do que um distrito industrial, integrando moradia (dos operários), comércio, indústria e lazer. No entanto, a baixa taxa de ocupação industrial e a existência de terrenos vazios ou subutilizados, desencadeou um intenso processo de ocupação do solo por camadas de baixa renda, resultando, hoje, numa área com graves problemas sócio-econômicos, decorrentes da favelização que se implantou no local, aprofundaremos essa questão no Capítulo 3.

Como resultado direto da política de atração industrial, foram instaladas 124 empresas na CIC no período compreendido entre 1973 e 1980, sendo que “37,1% são do ramo metalúrgico, mecânico e autopeças em geral, 9,7% químicas e fertilizantes, e 9,7% plásticos e borracha” (NAMUR, 1992, p. 56).

No ano de 1996 estavam em funcionamento na CIC, 415 empresas entre indústrias pequenas, médias e grandes, dos mais variados gêneros de atividade, além de estabelecimentos comerciais e de serviços (CIC, Relação das Empresas Cadastradas, 1996).

Para além da crítica que se faz aos vultuosos incentivos oferecidos às indústrias, não se pode negar a importância das empresas oriundas dessa iniciativa para a economia paranaense<sup>5</sup>. Prova disso é que quando se observam os dados relativos às exportações industriais paranaenses para o Mercosul, nos anos de 1995 e

---

<sup>4</sup> A utilização da sigla CIC nos remete, atualmente, a três conotações diferenciadas: 1) distrito industrial; 2) um bairro, o maior em área de Curitiba, e 3) Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, responsável pela administração dos empreendimentos industriais do município.

<sup>5</sup> A grande crítica se refere aos ganhos sociais, aqueles que seriam capazes de reverter a situação de pobreza e sobretudo da elevada concentração de renda que caracteriza a sociedade brasileira, esses não foram superados, mas possivelmente reforçados, tendo em vista a característica multinacional dos empreendimentos em questão.

1996, tem-se que a participação dos produtos industrializados no total das exportações foi de cerca de 92,5% nos dois períodos, com destaque para os gêneros mecânica, papel e papelão e química, cujas empresas, em sua maioria, estão localizadas na CIC, é o que pode ser visto na Tabela 01.

Nove empresas paranaenses foram responsáveis, em 1996, por 45% das exportações ao Mercosul dessas, apenas três não se localizavam em Curitiba, respectivamente, a Refinaria Getúlio Vargas da Petrobras localizada em Araucária (no aglomerado metropolitano), a Klabin em Telêmaco Borba e a Inpacel, em Arapoti. Os demais 55% distribuem-se não só entre um grande número de empresas de diversos gêneros industriais como também pelo interior do estado<sup>6</sup>.

Tabela 01 - Paraná: empresas com destaque nas exportações ao Mercosul, 1996.

Empresa	% export.
New Holland	9,57
Petrobras	8,37
Klabin	8,08
Philip Moris	4,78
Volvo	4,62
Bosch	3,22
Compass	2,64
Inpacel	2,28
Equitel	1,87
Total	45,43

Fonte dos dados brutos: WOSCH (1997, p. 8).

As empresas de capital estrangeiro passaram a ter peso relevante na economia paranaense, pois, conforme visto na Tabela 01, a maioria absoluta das indústrias são multinacionais. No ano de 1991 localizavam-se no Paraná cinqüenta e duas indústrias de capital estrangeiro, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), assim distribuídas: trinta e quatro localizadas em Curitiba; duas em São José dos Pinhais; duas em Quatro Barras; uma em Araucária; uma em Campo Largo; uma em Pinhais; uma em Balsa Nova, uma em Paranaguá; uma em Cornélio Procópio; uma em Cascavel; duas em Londrina; quatro em Ponta Grossa e uma em Rio Negro.

---

<sup>6</sup> Não foi possível identificar as demais empresas em razão da não disponibilidade nominal das mesmas na fonte consultada, no entanto, o que se pretende demonstrar é a grande concentração espacial e produtiva, na medida em que apenas nove empresas respondem por perto de 50% do total das exportações industriais paranaenses ao Mercosul.



Assim, 65% das indústrias de capital externo localizavam-se no município de Curitiba, demonstrando uma forte concentração. Se a elas somarem-se as indústrias localizadas em outros municípios da Região Metropolitana, a concentração aumenta para 81% do total.

Dessa forma, fica evidente o resultado positivo da política de atração de capitais externos e, principalmente, da promoção da concentração desses capitais em Curitiba, que aliás, desde meados do século já se apresentava como a mais significativa área industrial do estado do Paraná, conforme visto anteriormente. A diferença foi, portanto, a introdução de capitais externos, motivados pelos incentivos oferecidos pelos governos estadual e municipal, além da ação do governo federal através da implantação em Araucária, cidade vizinha à Curitiba, de uma refinaria de petróleo, o que permitiu a atração de uma série de indústrias que demandam esse tipo de matéria-prima.

O processo de industrialização mostrou-se, ao longo do século atual, fortemente concentrado em Curitiba, tanto que em 1950 a cidade respondia por cerca de 38% da produção industrial paranaense declinando, em 1960, para 28% (BRAGUETTO, 1999, p. 155-156), tendo em vista a consolidação da economia e de importantes cidades no norte do estado, tanto que até a década de 60 Ponta Grossa aparecia como a segunda região quanto ao valor da produção industrial no estado, sendo ultrapassada pela de Londrina na década de 70.

A década de 70 revela-se como um marco importante na análise pois, o processo de crescimento industrial verificado no Brasil com o “milagre econômico”, teve importantes repercussões ao nível da inserção do Paraná no contexto, na medida em que esse estado passou a disputar parte dos novos investimentos, revelando um estreito vínculo entre a industrialização ao nível nacional e estadual.

Mudanças importantes ocorreram levando a uma estrutura produtiva mais concentrada, onde poucas empresas e poucas plantas industriais passaram a ser responsáveis pela maior parte da produção, além da perda de posição do capital local frente ao externo, tanto de origem nacional quanto estrangeira.

LEÃO (1991, p. 69) chega mesmo a afirmar que a concentração espacial da indústria em Curitiba, “mostra-se como a contrapartida da crescente concentração industrial em poucas e grandes empresas”. Para o Autor, até os anos 60 as “pequenas

empresas operando em mercados locais garantiam uma distribuição relativamente homogênea da produção industrial nas diversas regiões do estado. Nos anos 70, a concentração espacial da indústria salta com o avanço da produção localizada em Curitiba e em outros poucos pólos regionais, como Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel” (LEÃO, 1991, p. 70).

Desse modo, as indústrias tradicionais e as agroindústrias, ligadas fortemente ao setor primário (agricultura e extração vegetal e mineral), seguiam com sua localização preferencial no interior, enquanto que as indústrias modernas e dinâmicas, concentravam-se em Curitiba, particularmente aquelas dos gêneros metalúrgica e mecânica.

Nitidamente, portanto, a indústria concentrada em Curitiba apresentava características distintas das anteriores, baseando-se em capitais externos e extrapolando os limites do mercado regional. Assim, afirma LEÃO (1989, p. 1) “não se trata, contudo, de expansão da indústria rudimentar preexistente, mas de um crescimento baseado em um novo tipo de empresa, tecnologicamente moderna, com escalas de produção de grandes dimensões e atendendo aos mercados nacional e internacional”.

Uma análise mais atenta da distribuição do pessoal ocupado, número de estabelecimentos e valor da transformação industrial, para o período compreendido entre 1940 e 1985, em Curitiba e no conjunto de municípios que viriam a compor a Região Metropolitana na década de 70, permite concluir pelo forte caráter concentrador da industrialização paranaense.

É o que pode ser observado na Tabela 02, que apresenta os percentuais de concentração dos três indicadores citados anteriormente, quais sejam: pessoal ocupado, número de estabelecimentos e valor da transformação industrial.

É oportuno observar que dos três indicadores considerados, o que apresenta menor participação relativa no total é número de estabelecimentos, com 26,5% do total paranaense em 1940, com tendência a queda nas décadas seguintes, 13%, 18% e 14%, respectivamente em 1950, 60 e 70 e certa estabilização nos anos 80, com 19,5% em 1980 e 17% em 1985. Contudo, na média temporal, pode-se dizer que Curitiba concentrou, ao longo do período, cerca de 20% do total dos estabelecimentos industriais paranaenses.

Os percentuais de concentração do pessoal ocupado apresentavam-se mais elevados, sendo da ordem de 42% em 1940 e 39% em 1985, mantendo-se ao redor dos 30% ao longo do período analisado.

Quanto ao valor da transformação industrial (VTI), a concentração foi de cerca de 30% no período, cujo pico foi de 38% na década de 1940, caindo para entre 24% e 29% nas décadas seguintes.

A análise dos dados permite concluir que Curitiba concentrou, entre 1940 e 1985, parte significativa do processo de industrialização paranaense, e que essa concentração se amplia ainda mais quando inseridos outros municípios componentes da Região Metropolitana, alcançando 51% do VTI em 1985, 39% do pessoal ocupado e um quarto do total de estabelecimentos.

Tabela 02 – Curitiba e Região Metropolitana: concentração industrial em relação ao Paraná (em %) - 1940/1985.

	Indicador	Curitiba	Região Metropolitana (inclusive Curitiba)	Região Metropolitana (exclusive Curitiba)
	PO*	35	42	7
1940	ESTB**	26,5	37	10,5
	VTI***	38	41	3
	PO	26	33	7
1950	ESTB	13	21	8
	VTI	25	28	3
	PO	29	35	6
1960	ESTB	18	24	6
	VTI	23,5	29	5,5
	PO	25	33	8
1970	ESTB	14	19	5
	VTI	27,5	35	7,5
	PO	31	42	11
1980	ESTB	19,5	27	7,5
	VTI	29	45	16
	PO	27	39	12
1985	ESTB	17	25	8
	VTI	26	51	25

\* PO = pessoal ocupado

\*\* ESTB = número de estabelecimentos

\*\*\* VTI = valor da transformação industrial

Fonte: IBGE, Censos Econômicos e Industriais, 1940/1985.

Segundo ROLIM (1995, p. 68) a Região Metropolitana destaca-se, a partir dos anos 80, por sua participação no conjunto estadual, “os gêneros mais dinâmicos e

modernos concentram-se na Região Metropolitana de Curitiba, em proporções acima de 50% da produção estadual”.

O desempenho da Região Metropolitana está intimamente associado à supremacia do município de Curitiba e à instalação da CIC (Cidade Industrial de Curitiba) em 1973, bem como da Refinaria Getúlio Vargas em Araucária, fatos decisivos para o reforço da participação da Região Metropolitana no conjunto da industrialização paranaense, conforme observado na Tabela 02.

Segundo NAMUR (1992, p. 25) a Região Metropolitana de Curitiba “caracterizava-se por um espaço bastante diferenciado em sua organização interna, com zonas de deterioração econômica e decréscimo populacional, que contrastavam com a capital Curitiba...”, destacando-se a diversificação industrial de Curitiba e a especialização de municípios como Campo Largo, Rio Branco do Sul e Colombo no gênero produtos de minerais não metálicos, além de Araucária com predomínio dos gêneros produtos alimentares, mobiliário e madeira.

A concentração da indústria em Curitiba não se apresentou apenas significativa para o estado do Paraná, conforme visto anteriormente, mas também para a Região Metropolitana.

Os dados demonstram a grande concentração em Curitiba, em relação aos três indicadores trabalhados, quais sejam: pessoal ocupado, número de estabelecimentos e valor da transformação industrial, como mostra a Tabela 03.

Contudo, a partir de meados da década de 1980, passou a ocorrer uma sensível diminuição no percentual de concentração industrial em Curitiba, para os três indicadores em foco, com destaque para o VTI: pessoal ocupado passou de 73% em 1980 para 68% em 1985; número de estabelecimento passou de 72% para 68% e valor da transformação industrial, cuja queda já ocorria entre 1970 e 1980, respectivamente, de 79% para 63%, alcançando 51% em 1985. Igualmente é no indicador valor da transformação industrial que se destaca o município de Araucária, com expressiva participação no total metropolitano, passando de 18% em 1980 para 33% em 1985, em razão da Refinaria da Petrobras e do Pólo Petroquímico estabelecido na década de 70.

Além de Curitiba, os outros municípios componentes da Região Metropolitana sempre tiveram acanhada participação quanto aos indicadores analisados, contudo é

possível citar Campo Largo, São José dos Pinhais e Araucária, como os mais expressivos no contexto explicitado, com percentuais de participação inferior a 8% (a exceção de Araucária para o valor da transformação industrial, cuja participação ultrapassa os 30%).

Tabela 03 – Região Metropolitana de Curitiba: municípios industrialmente mais representativos, 1940-1985.

Pessoal ocupado (em %)

<b>Município</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>
Curitiba	83,0	79,0	84,0	76,0	73,0	68,0
Campo Largo	7,5	5,6	3,3	7,6	6,5	6,7
São José dos Pinhais	3,7	3,9	2,3	4,6	6,2	8,4
Araucária	3,5	2,6	2,6	2,4	3,5	5,9
Total	97,7	91,1	92,2	90,6	89,2	89,0

Número de estabelecimentos (em %)

<b>Município</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>
Curitiba	72,0	59,0	75,0	72,0	72,0	68,0
Campo Largo	6,4	6,8	4,4	4,9	3,4	3,5
São José dos Pinhais	8,6	10,2	6,0	8,1	6,8	9,3
Araucária	8,9	5,1	2,9	2,2	2,5	3,0
Colombo		6,6	2,0	2,7	3,7	4,9
Total	95,9	87,7	90,3	89,9	88,4	88,7

Valor da Transformação Industrial (em %)

<b>Município</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>
Curitiba	92,5	90,0	82,0	79,0	63,0	51,0
Campo Largo	3,2	1,9	3,4	6,5	4,9	3,6
São José dos Pinhais	2,0	2,0	2,1	3,1	4,4	4,3
Araucária	1,6	1,7	1,6	1,6	18,0	33,0
Colombo		0,7	0,2	1,2	2,9	1,3
Rio Branco do Sul			5,8	5,5	2,4	2,7
Total	99,3	96,3	95,1	96,9	95,6	95,9

Fonte: IBGE, Censos Econômicos e Industriais, 1940-1985.

Os Gráficos 01, 02 e 03 permitem observar a participação da Região Metropolitana de Curitiba no contexto da industrialização paranaense, a partir dos indicadores pessoal ocupado, número de estabelecimentos e valor da transformação industrial.

Gráfico 01

**Paraná e RMC: Pessoal ocupado na indústria, 1940-85**

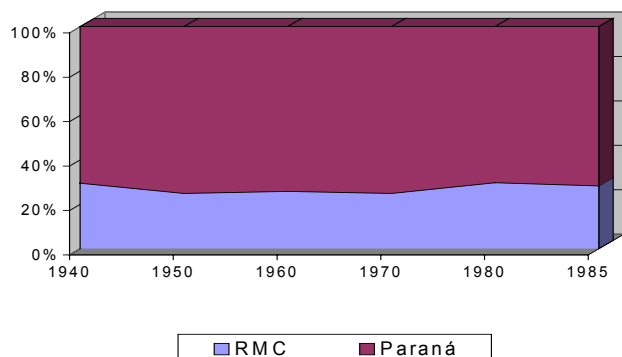


Gráfico 02

**Paraná e RMC: Estabelecimentos industriais, 1940-85**

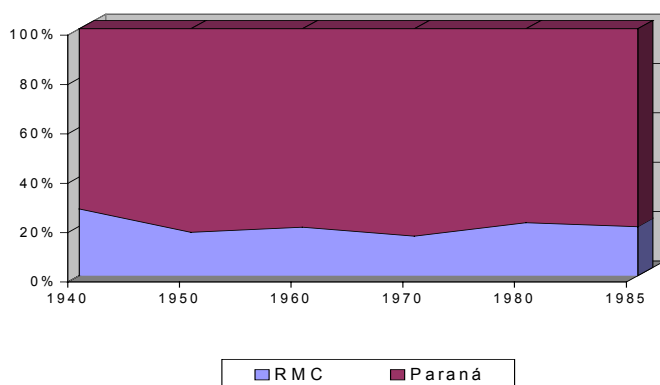
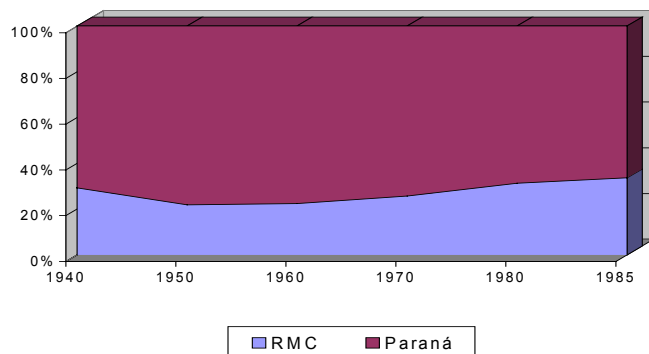


Gráfico 03

**Paraná e RMC: Valor da Transformação Industrial, 1940-85**



Fonte: IBGE, Censos econômicos e industriais, 1940-1985

A grosso modo, até os anos 80, a RMC respondia por cerca de um terço da industrialização paranaense, com destaque para o valor da produção, cuja curva apresentava-se ascendente, em razão mesmo dos resultados da implantação da CIC e do Pólo Petroquímico em Araucária, ambos na Região Metropolitana.

O desempenho econômico da Região Metropolitana pode ser mensurado também a partir de sua participação no Valor Adicionado do estado. Assim, segundo dados da Secretaria da Fazenda, enquanto em 1975 a RMC respondia por 16,5% do V.A. total do estado, em 1980 tal índice subiu para 33% e alcançou 36% em 1990, demonstrando a grande concentração espacial dos resultados positivos das transformações econômicas implementadas, sobretudo com a política de atração de indústrias para a Cidade Industrial de Curitiba.

Pelo exposto fica evidente que a indústria paranaense assume posição de destaque na economia estadual após um conjunto de intervenções formuladas exatamente com esse objetivo. A industrialização no estado não se explica, portanto, a partir de iniciativas originalmente locais, da maturação de condições econômicas que culminaram com o seu aparecimento, ou seja, não se explica a partir de uma dinâmica interna própria, onde paulatinamente certos gêneros industriais - com destaque para aqueles relacionados à agricultura -, tornaram-se relevantes e foram capazes de promover a atração de outros, complementares ou não e, inclusive, de capitais externos. Sua compreensão se associa, isto sim, a dinâmica externa (isso se se considerar relevante as divisões territoriais dos estados), ou a uma dinâmica ampliada, onde o processo de industrialização nacional é que tem, de fato, relevância.

Para ROLIM (1995), o surgimento dos setores industriais novos e centrados na Região Metropolitana de Curitiba, representou a desvinculação da indústria em relação à base agropecuária do estado, ao mesmo tempo em que fortaleceu seus laços com a "grande indústria nacional centrada na Região Metropolitana de São Paulo. O surgimento desses novos segmentos industriais no Paraná foi inicialmente percebido como decorrente das transformações da base agropecuária, especialmente aqueles vinculados ao gênero mecânica. No entanto, o seu detalhamento mostrava a grande participação de atividades que nada tinham a ver com a agroindústria" ROLIM (1995,

p. 49), é por isso que entendemos que a gênese da industrialização recente encontra-se na década de 70.

Uma das justificativas para o empenho do Estado na promoção da industrialização foi justamente a necessidade de dar respostas à sociedade paranaense no que concerne à criação de empregos urbanos, isto porque as cidades cresciam em ritmo acelerado em razão das transformações havidas no campo. Curitiba foi um dos principais destinos das parcelas de migrantes que se dirigiram para as cidades, o que se deu concomitante ao início da implementação de seu planejamento urbano e à criação da Região Metropolitana, está última reforçando as expectativas de que, enquanto unidade de planejamento federal, teria maior disponibilidade de recursos para viabilizar ações de intervenção urbana e geração de empregos.

Assim, a análise da industrialização não pode estar dissociada da urbanização, tal qual coloca LEFEBVRE (1991, p. 9), para quem industrialização e urbanização constituem-se em um "*duplo processo* ou, se se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social". Nessa perspectiva, passaremos a compreender a realidade urbana que se associa à realidade industrial emergente nos anos 70, porém não sem contradições.

## 1.2 A ACELERAÇÃO DA URBANIZAÇÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A intensificação da urbanização paranaense no início dos anos 70 relacionou-se mais às circunstâncias rurais que ao atrativo de empregos disponíveis nas maiores cidades do estado, isso só veio a ocorrer após a implantação de certas ações voltadas à atração de indústrias conforme visto anteriormente. Desse modo, a crise do café na década de 60, aliada à emergência de uma agricultura em moldes modernos e voltada à exportação, tiveram papel fundamental no movimento de saída da população do campo paranaense em direção a dois destinos principais: as áreas de fronteira agrícola no norte do país e as grandes cidades do centro-sul.



Comparando-se as curvas de crescimento da população urbana e decréscimo da rural entre Brasil e Paraná, para o período 1940-1996, Gráfico 04, observa-se uma diferença fundamental na aceleração da dinâmica populacional no Paraná na década de 70, quando a curva de população rural tem um abrupto decréscimo enquanto a de população urbana um abrupto crescimento. No transcorrer de apenas uma década deu-se a inversão dos índices, ou seja, em 1970 64% da população paranaense estava no campo, em 1980 cerca de 57% da população já se encontrava nas cidades.

É interessante destacar a rapidez da inversão, principalmente quando se faz a comparação com os dados relativos ao Brasil, onde se percebe, para o mesmo período de tempo (1940-1996), curvas significativamente mais suaves, na medida em que revelam uma maior diluição no tempo, ou seja, a inversão entre os índices de população rural e urbana que para o Paraná ocorreu em pouco mais de uma década, no Brasil ocorreu ao longo de mais de duas, o que não deixa de demonstrar a aceleração do ritmo da urbanização brasileira, principalmente quando comparada aos países europeus, onde tal ritmo foi mais lento em razão de sua temporalidade mais longa. No entanto, chama a atenção a celeridade do processo no Paraná, o que trará importantes conseqüências para as cidades.

Para vários autores, dentre eles MORO (1998) e GUSMÃO e MAGALHÃES (1984) a década de 70 apresenta-se como um importante marco também do ponto de vista da dinâmica populacional, não apenas pelo fato de que até os anos 70 o Paraná atraía<sup>7</sup> população e a partir de então passou a expulsar população para outros estados, mas também pelo fato de que concomitante com essa maior expulsão de população, incrementam-se os deslocamentos cujo destino são os maiores centros urbanos do país e do próprio estado.

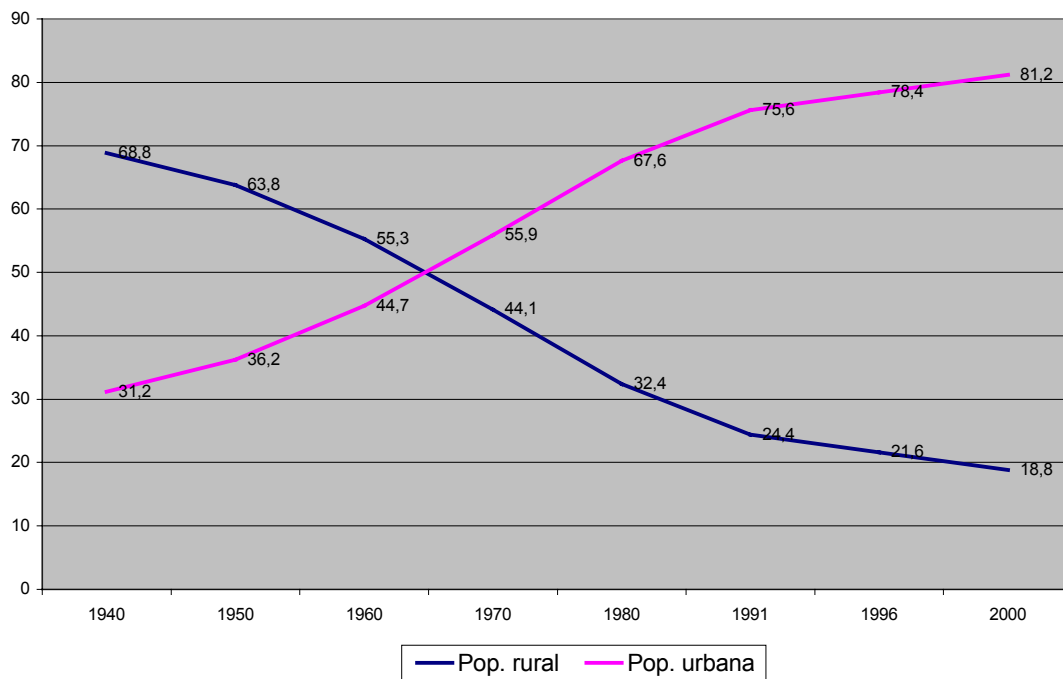
A crise do café dos anos 60 agravada pelas constantes geadas, acelerou a substituição da cultura de café por pastagens e/ou pela associação do trigo e soja, culturas modernas, capazes de propiciar maiores ganhos ao produtor. No entanto, tais culturas em muitos pontos diferiam do café, para salientar os de maior relevância,

---

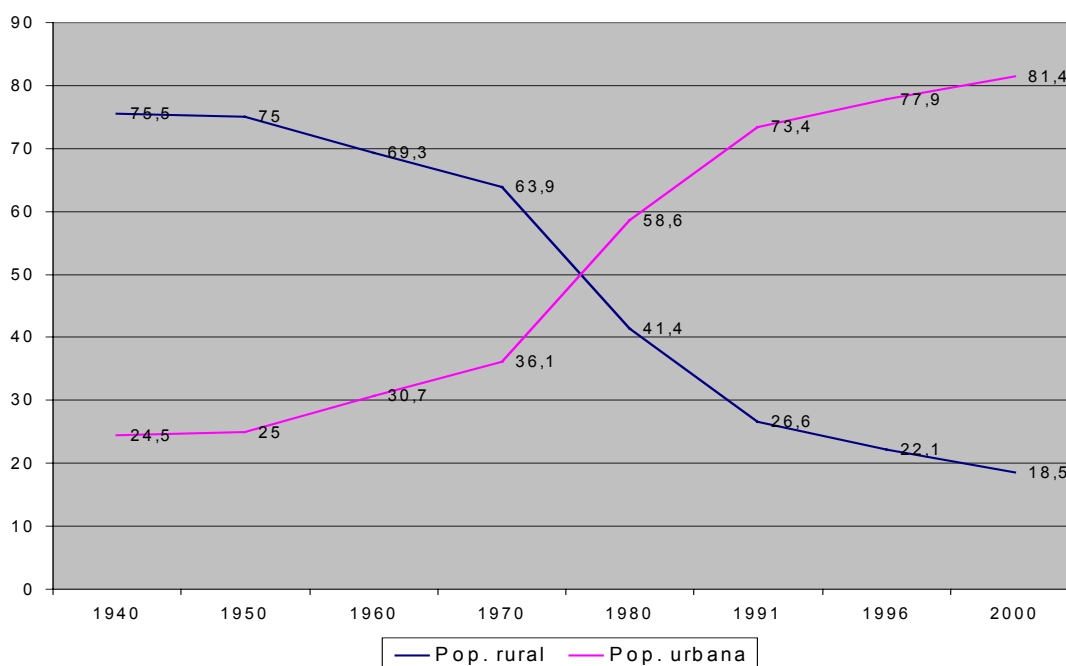
<sup>7</sup> Nesse momento o estado constituía-se em importante fronteira agrícola nacional, atraindo, portanto, crescentes levadas de migrantes. A taxa de crescimento populacional do estado entre 1940 e 1950 foi de 5,6% a.a., entre 1950/60 foi de 7,2% a.a.; entre 1960/70 foi de 5,0% a.a. passando abruptamente para 1% a.a. entre 1970/80, para GUSMÃO e MAGALHÃES (1984, p. 1991-1992) o Censo de 1980 confirmou "os indícios de que a migração continuava em primeiríssimo plano enquanto principal elemento explicativo da evolução demográfica do Estado".

Gráfico 04 - Brasil e Paraná: taxa de urbanização, 1940-2000

### BRASIL



### PARANÁ



Fonte: IBGE, Censos demográficos, 1940-1991; Contagem da população brasileira, 1996 e Dados preliminares do Censo 2000.

cita-se a característica temporária da soja e do trigo, demandando trabalhadores em períodos específicos e em menor número, dada a mecanização crescente das lavouras. Igualmente, a viabilidade econômica dessas culturas era alcançada com o aumento da área produzida, o que redundou numa expressiva concentração fundiária.

O resultado imediato dessa conjunção de fatores foi o acelerado movimento de expulsão de trabalhadores rurais, que passaram a se deslocar não só para as áreas de fronteira agrícola do país, como também para as cidades. Data desse período o mais expressivo crescimento das cidades paranaenses, sobretudo Curitiba, Londrina e Maringá.

A própria importância de Curitiba no conjunto da população paranaense se altera após a década de 70, pois com a perda progressiva de população do norte do estado e o desencadeamento de um intenso processo migratório, a recém criada Região Metropolitana de Curitiba acentuou-se como um dos importantes destinos desse contingente populacional.

As transformações no processo de urbanização brasileiro obviamente não se restringem ao Paraná, sendo oportuno reproduzir a afirmação de MOURA e MAGALHÃES (1996, p. 7-8), para quem as características

que vão conferindo uma nova feição ao padrão de urbanização paranaense, não contrastam com as transformações do processo de urbanização brasileiro vigente nos últimos 60 anos. A singularidade do fenômeno no Paraná prende-se à velocidade e intensidade com que as transformações se operaram. Se em 1970 dois terços da população compunham o contingente rural do Estado, duas décadas após, quase três quartos da população residiam no meio urbano.

Salienta-se que em 1980 cerca de 60% da população urbana do Paraná residia em apenas 20 cidades, com destaque para aquelas da Região Metropolitana de Curitiba, cujo crescimento populacional entre 1970 e 1980 foi o maior do país.

Concomitante ao que ocorria no campo paranaense e mesmo como uma de suas conseqüências, surgem, por parte do governo do estado, políticas voltadas ao incentivo e atração de indústrias, particularmente na capital, com a criação da Cidade Industrial de Curitiba.

Com isso, a fase de industrialização inaugurada nos anos 70, foi capaz também de promover a aceleração da urbanização, na medida em que a indústria emergente estava presente em poucos centros urbanos do estado, com destaque para Curitiba e

Araucária, o que os colocava numa posição bastante atrativa, tendo em vista a estreita relação que se estabelece entre o destino dos deslocamentos populacionais e a distribuição das atividades econômicas principalmente em face da generalizada crise econômica vivida no campo paranaense.

Concomitante à intensificação da urbanização e da industrialização no estado do Paraná, ocorreu a institucionalização da Região Metropolitana de Curitiba, tendo essa unidade de planejamento passado a ser o destino de parte crescente da população migrante do estado, inclusive por ter como sede o município de Curitiba, que já se destacava enquanto atração populacional.

Curitiba e outros treze municípios vizinhos, transformaram-se em Região Metropolitana, com base na Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, que institucionalizava-se as nove Regiões Metropolitanas brasileiras.

A inclusão de Curitiba no conjunto das regiões metropolitanas criadas naquele momento, demonstrava a fragilidade na concepção dos critérios que orientaram a seleção das Regiões Metropolitanas, haja vista alguns autores apontarem o eixo formado pelas cidades do norte do estado do Paraná, notadamente Londrina e Maringá como tendo relações metropolitanas de maior intensidade e que justificavam de forma mais contundente a implantação de uma região metropolitana.

Tal ocorreu também em outros casos, dentre eles os mais evidentes foram os de Campinas e de Brasília, fato porém é que as nove Regiões Metropolitanas tinham como sede as capitais de seus respectivos estados, prevalecendo interesses políticos em detrimento, em alguns casos, de uma problemática qualitativamente metropolitana.

Assim, para FRANCISCONI e SOUZA (1976, p. 150),

deu-se maior importância às funções político-regionais do que aos aspectos qualitativos intrametropolitanos, do que também resultou que, por coincidirem com as capitais estaduais, as regiões metropolitanas brasileiras prejudicaram as regiões metropolitanas de fato, que reúnem cidades que não têm tais funções. (...), por exemplo, a região Campinas-Valinhos apresenta problemática metropolitana mais complexa que Belém ou Fortaleza; mesmo Londrina e Maringá têm relacionamento mais intenso que Curitiba com algumas das cidades de sua região.

À época de sua implantação, os municípios componentes da Região Metropolitana de Curitiba eram os seguintes: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa

Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais, que totalizavam 821.233 habitantes, dos quais 609.026 encontravam-se em Curitiba, ou seja, 74% do total da população da Região Metropolitana.

De 1970 até o presente, várias alterações ocorreram na Região Metropolitana de Curitiba, capazes de modificar sua configuração espacial, o número de municípios componentes ampliou-se de 14 (quatorze) em 1973, para 25 (vinte e cinco) em 1999, promovendo uma grande ampliação da RMC, que passou a abranger toda a extensão territorial compreendida entre as divisas dos estados de São Paulo e Santa Catarina, conforme pode ser observado nos Mapas 01 e 02.

Tal processo de expansão relaciona-se diretamente às alterações constitucionais havidas em 1988, a partir de quando os estados passaram a definir suas Regiões Metropolitanas, podendo amplia-las e criar novas. Denota ainda o forte caráter político que permeia a emancipação de alguns municípios e o desmembramento de outros.

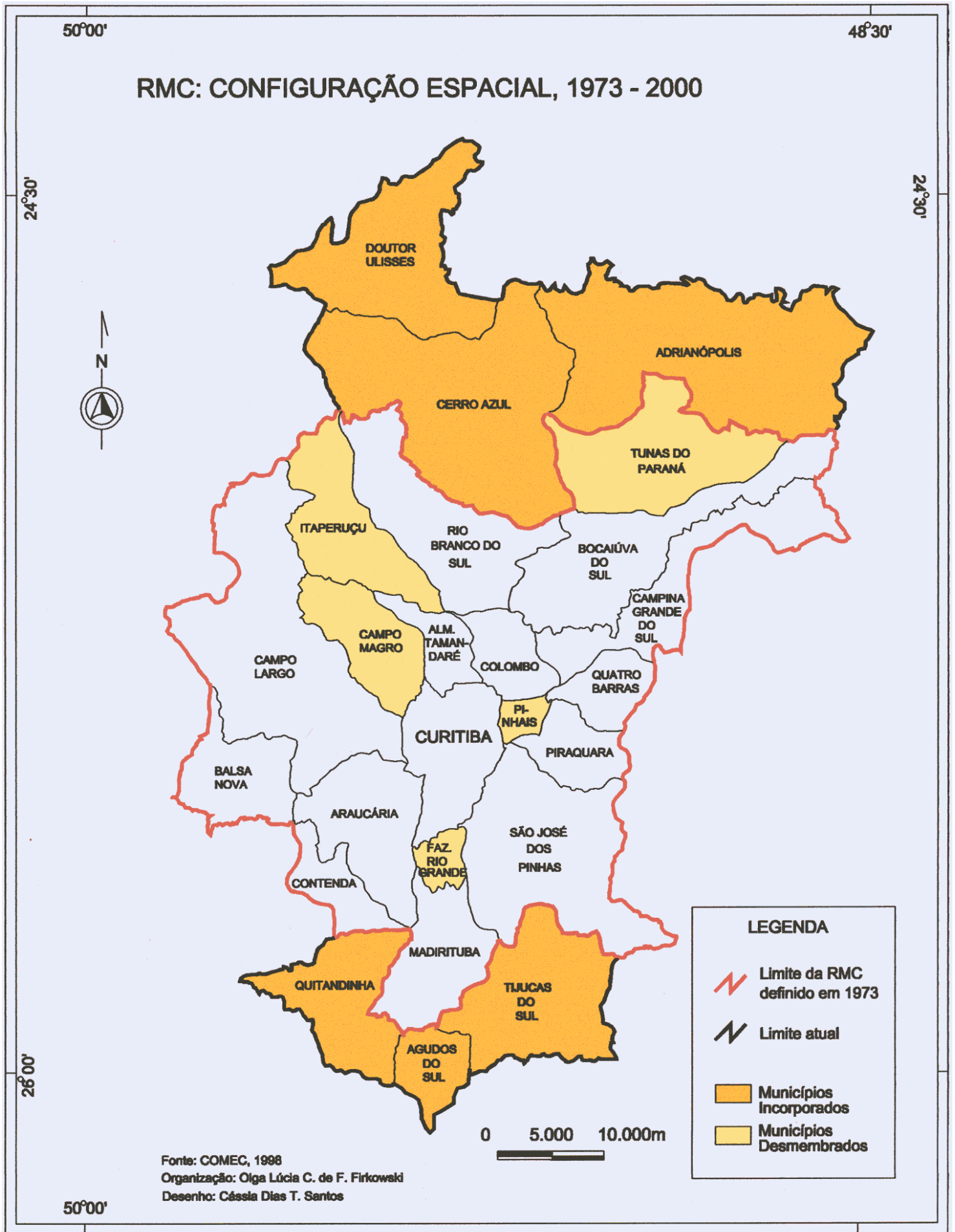
A Região Metropolitana, totalizava, segundo o Censo de 1970, 821.233 habitantes, o que correspondia a 12% da população do estado do Paraná, já Curitiba concentrava 74% da população total da Região Metropolitana.

Segundo o Censo de 1980, a Região Metropolitana concentrava 19% da população do estado, um crescimento de praticamente 50% em relação à década anterior. A população de Curitiba passou a ser de 1.024.975 habitantes, 13% da população paranaense e 71% da população da Região Metropolitana.

Os dados do Censo de 1991 apontam a seguinte situação: a Região Metropolitana passa a responder por 23% da população do estado enquanto Curitiba com seus 1.315.035 habitantes passava a responder por 64% da população metropolitana.

A Tabela 04 permite observar a crescente concentração populacional na Região Metropolitana sobretudo a partir dos anos 80, ao mesmo tempo que indica que os outros municípios da Região passaram a ter maior participação no processo concentrador. Cabe lembrar que à época, o processo de planejamento em Curitiba já estava em curso adiantado, havendo rígido controle sobre o uso e ocupação do solo, além de sua valorização como decorrência mesmo do planejamento urbano, fato que

Mapa 02



teria tido papel decisivo na dispersão dos contingentes de mais baixa renda pelos municípios vizinhos a Curitiba.

Tabela 04 - Curitiba e Região Metropolitana (RMC): evolução percentual da população em relação ao estado do Paraná, 1940 -1991

	1940	1960	1970	1980	1991
Curitiba no Paraná	10,3	8,5	9,0	13,4	15,6
RMC no Paraná (inclusive Curitiba)	16,0	12,0	12,0	19,0	23,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1940-1991.

A importância da Região Metropolitana em face do processo concentrador que caracterizou a dinâmica populacional paranaense nesse momento, também se evidencia quando se observa a concentração da população nos centros urbanos com mais de 50 mil habitantes (IBGE), assim, em 1970 apenas cinco desses centros existiam no Paraná, sendo que na Região Metropolitana apenas Curitiba se inseria nessa categoria; já em 1980 outros nove centros urbanos paranaenses atingiram tal população, e dentre eles incluíram-se, além de Curitiba, os municípios de Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais, integrantes da RMC. Segundo o Censo de 1991, outras oito cidades atingiram esse patamar e, dentre elas, Almirante Tamandaré, Araucária e Campo Largo na RMC.

Pelo exposto, parece não restar dúvida sobre o peso populacional que a Região Metropolitana passou a exercer no conjunto da população estadual, como grande pólo concentrador de parcelas cada vez maiores da população total. Contudo, há que se destacar que mesmo havendo um aumento populacional nos municípios do entorno de Curitiba, a dinâmica metropolitana não surgiu verdadeiramente até meados dos anos 90, pois tal crescimento não expressava uma integração metropolitana, ou mesmo uma redistribuição completa da população (abrangendo todas as classes sociais) e das atividades econômicas, expressava justamente o contrário, ou seja, Curitiba centralizava a maioria absoluta das atividades econômicas relevantes, bem como as parcelas mais abastadas da população, "restando" para os demais municípios a população de baixa renda, aquela que não podia pagar o preço das transformações implementadas pelo planejamento urbano.

Desse modo, o crescimento populacional da Região Metropolitana ocorreu de modo seletivo, perverso e excludente, revelando a fragilidade ou a completa

inexistência de inter-relações metropolitanas, se as mesmas forem compreendidas não apenas na perspectiva da subordinação, mas também na da complementaridade entre as cidade envolvidas. Quiçá, as manifestações mais importantes de complementaridade se davam em relação ao Aeroporto de Curitiba, localizado no município de São José dos Pinhais e do Centro Industrial de Araucária, localizado no município de mesmo nome.

Curitiba muito pouco ganhava com a integração, até porque, a essa altura seu processo de planejamento urbano já estava em andamento e as transformações urbanas haviam sido pensadas na perspectiva única e exclusiva da cidade e nunca considerando o contexto da Região Metropolitana recém institucionalizada.

A disparidade entre Curitiba e os demais municípios era constatada à época de elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (final da década de 70), quando a partir de análise sobre a criação da Região Metropolitana, concluía- se que a mesma

à exceção da Capital, constitui uma área pouco ‘forte’ na conjuntura paranaense e está cercada por áreas deprimidas ... o adiantado estágio do processo de planejamento que se estabeleceu no município de Curitiba faz com que os problemas a nível local, quando se trata da Capital, sejam corretamente equacionados, evitando situações caóticas ou de emergência com relação ao pólo metropolitano. (PDI, 1978, item 2.2)

Ressalta-se a preocupação marcante no trecho citado com a cidade sede da Região Metropolitana e a inexistência de uma dimensão caracteristicamente metropolitana, reforçada no mesmo documento quando acrescenta que “trata-se, antes, de uma cidade que atingiu porte metropolitano e que exerce forte polarização sobre sua área de influência, que não se caracteriza ainda com dinamismo próprio e é totalmente dependente do pólo” (PDI, 1978, item 2.2).

Assim, a institucionalização da Região Metropolitana e a definição de sua espacialidade, ocorreu antes da emergência de uma dinâmica metropolitana, ou seja, do processo propriamente dito. Analisando a realidade da década de 70, observamos que a mesma apresentava-se como uma forma embrionária do que viria a se transformar a partir dos anos 90 em metrópole, porém àquela época não havia nenhuma garantia de que isso de fato viria a ocorrer, inclusive porque, conforme salientado anteriormente, as razões de criação da Região Metropolitana tiveram uma



forte conotação política. Não foi a institucionalização que viabilizou o desencadeamento do processo, pois nesse caso específico, a institucionalização ocorreu cerca de vinte anos antes do processo. O processo de metropolização poderia ter ocorrido independente da institucionalização, como atestam outras cidades brasileiras, ou mesmo poderia ainda não ter ocorrido. Há, portanto, que se desvendar as condições que de fato possibilitaram a emergência da metropolização, afastando a hipótese simplista da normatização como indutor, tal será feito no Capítulo 3, quando serão analisados a criação dos trunfos de Curitiba, enquanto metrópole competitiva.

Desse modo, a compreensão da cidade existente na década de 70 apresenta-se como pressuposto para a compreensão da metrópole atual e a do futuro, sobretudo porque foi nesse momento que se viabilizaram as ações relativas ao planejamento urbano, as quais resultaram no grande destaque para Curitiba não apenas no contexto nacional, com também internacional.

Contudo, há que se ressaltar que o conjunto de inovações urbanas colocadas em prática em Curitiba em nada contribuiu para a emergência das preocupações de âmbito metropolitano, até porque, os problemas sócio-ambientais decorrentes da ocupação de áreas impróprias nos municípios do entorno sustentavam, em parte, o sucesso do modelo de planejamento em Curitiba, na medida em que funcionavam como uma verdadeira "válvula de escape" das populações de baixa renda saídas do campo pelos problemas já explicitados e atraídas para a cidade, em particular para aquela que já se apresentava como exemplo de soluções arrojadas e de qualidade de vida, qual seja, Curitiba.

Portanto, a inexistência de uma interlocução efetiva entre Curitiba e seu entorno, particularmente no que concerne às políticas públicas e ao planejamento urbano - note-se que tal interlocução não é algo que se resolva por força da legislação, se assim o fosse, a simples institucionalização da Região Metropolitana teria garantido a solução da questão -, é que produziu na década de 70, espaços tão diferenciados e contrastantes como Curitiba e seu entorno, sem que isso signifique a inexistência de unidade entre eles.

A compreensão da cidade na década de 70 é o objetivo da seção seguinte do trabalho, onde as diretrizes gerais do planejamento urbano serão analisadas em sua

relação com a ausência de planejamento da instância metropolitana, na medida em que são fundamentais para a produção do espaço urbano em Curitiba.

### 1.3 CURITIBA: ENTRE AS AÇÕES DO PLANEJAMENTO URBANO E AS INTENÇÕES DO PLANEJAMENTO METROPOLITANO

A participação de Curitiba no conjunto da população paranaense na primeira metade do século XX pode ser caracterizada por uma tendência à perda relativa de população. Em 1920 Curitiba respondia por 11,5% da população paranaense, passando a 10,3% em 1940 e a 8,5% em 1960, isto porque, nesse período, o interior apresentou um grande dinamismo econômico, representado principalmente pela incorporação de novas áreas à economia regional e nacional, principalmente através da produção do café no norte do estado.

Na segunda metade do século, mais precisamente no período pós 1960, Curitiba caracteriza-se por uma retomada paulatina de sua importância populacional em relação à população paranaense. Enquanto em 1960 respondia por 8,5% da população do estado, em 70 passou a 9%, saltando para 13,4% em 1980, 15,6% em 1991 e 16,4% em 1996.

Foi exatamente a partir da década de 60, quando a população de Curitiba saltou de 361 mil habitantes para mais de 609 mil, que as preocupações com o planejamento urbano ganharam relevância<sup>8</sup>.

Assim, em 1965 foi elaborado o Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, numa associação entre a empresa Sociedade Serete de Estudos e Projetos e o escritório de arquitetura de Jorge Whilhem, ambos de São Paulo. No interior do Plano foram formulados os princípios norteadores do planejamento municipal, os

---

<sup>8</sup> Cabe destacar que o primeiro plano urbanístico elaborado para Curitiba data da década de 1940, e foi elaborado pelo urbanista francês Alfred Agache, razão pelo qual ficou conhecido como Plano Agache. O Plano tinha subjacente uma concepção de cidade estruturada de modo radiocêntrico e com zonas funcionais integradas por vias radiais e perimetrais, o que se materializou a partir da proposição de diversas zonas: a administrativa, a industrial, a comercial, a residencial, a educacional, a esportiva, a de abastecimento e a militar. Nessa década a população de Curitiba estava ao redor de 140 mil habitantes.

quais, supostamente, vigoram até o presente, na medida em que o Plano Preliminar alçou ao *status* de Plano Diretor através da Lei 2828/66<sup>9</sup>.

O Plano Preliminar previa a transformação da expansão da cidade do sistema radial - esboçado com o Plano Agache na década de 40 mas não implementado em sua totalidade - para o linear, a partir da integração entre transporte, estrutura viária e uso do solo, descongestionando a área central e preservando o centro histórico. Previa, ainda, a criação de uma Cidade Industrial, como forma de alavancar o crescimento econômico, baseado na atividade industrial. Segundo OLIVEIRA (1995) “o Plano incorporou a especialização funcional dos espaços da cidade, com zonas predominantemente ou exclusivamente residenciais, comerciais e industriais, ligadas por velozes vias de circulação”.

A implantação do Plano ocorreu entre 1971 e 1983, em grande parte na gestão do prefeito Jaime Lerner, cujos mandatos se sucederam nos períodos 1971-1975, 1979-1983 e 1988-1992.

Dentre as várias inovações, a de maior significado para a estruturação da cidade foi, sem dúvida, a criação dos Setores Especiais Estruturais, que foram concebidos de modo a permitir uma alta densidade de ocupação, baseada na construção de edifícios residenciais, com permissão dos usos ligados ao comércio e serviços na loja e sobreloja. Assim, permitia a conciliação, em um mesmo edifício, de atividades diversas, desde que delimitadas à loja e sobreloja, e com predomínio de uso residencial nos demais pavimentos.

Os Setores Especiais Estruturais são definidos na legislação (Decreto 579/90), como "os principais eixos de crescimento da cidade, caracterizados como áreas de expansão do centro tradicional e como corredores comerciais, de serviços e de transportes, tendo como suporte um sistema trinário de circulação". Desse modo, tais eixos foram concebidos com a finalidade de promover a expansão linear do centro, a partir da localização, ao longo de seu trajeto, de atividades comerciais e de serviços, além é claro, da moradia, numa explícita tentativa de inibir o crescimento da cidade a partir da constituição espontânea de subcentros, Figura 01.

---

<sup>9</sup> Grande polêmica envolve a existência ou não de um Plano Diretor para Curitiba, na medida em que o suposto Plano, legalizado pela Lei 2828/66, teria sido revogado pela promulgação da Lei 4199/72, que dispõe sobre o “Zoneamento de Uso do Solo”, portanto, uma das leituras que se pode fazer é a de que Curitiba teve a partir de 1972, várias Leis de Zoneamento e Uso do Solo, mas não um Plano Diretor propriamente dito.

A viabilização desses eixos só se deu graças a implementação de uma ampla reformulação viária, capitaneada pelos eixos trinários, que se constituem em um conjunto composto por três vias: a canaleta exclusiva para ônibus expresso ao centro e duas vias de tráfego lento, ladeadas por vias rápidas, uma no sentido centro-bairro e outra no sentido bairro-centro. O corredor formado por esse conjunto passou a incentivar o adensamento populacional, isto porque não delimita o número de pavimentos dos edifícios, além de contar com infra-estrutura adequada à densificação. Com isso, tais setores se transformaram em grandes eixos de verticalização, os quais se estendem, a grosso modo, nos sentidos norte-sul e leste-oeste.

**Figura 01 - Curitiba: Perfil de ocupação dos Setores Especiais Estruturais**



LEGENDA

EIXO TRINÁRIO: 1 - VIA RÁPIDA CENTRO-BAIRRO  
 2 - CANALETA DO ÔNIBUS EXPRESSO  
 3 - VIA RÁPIDA BAIRRO-CENTRO  
 ZR - ZONA RESIDENCIAL

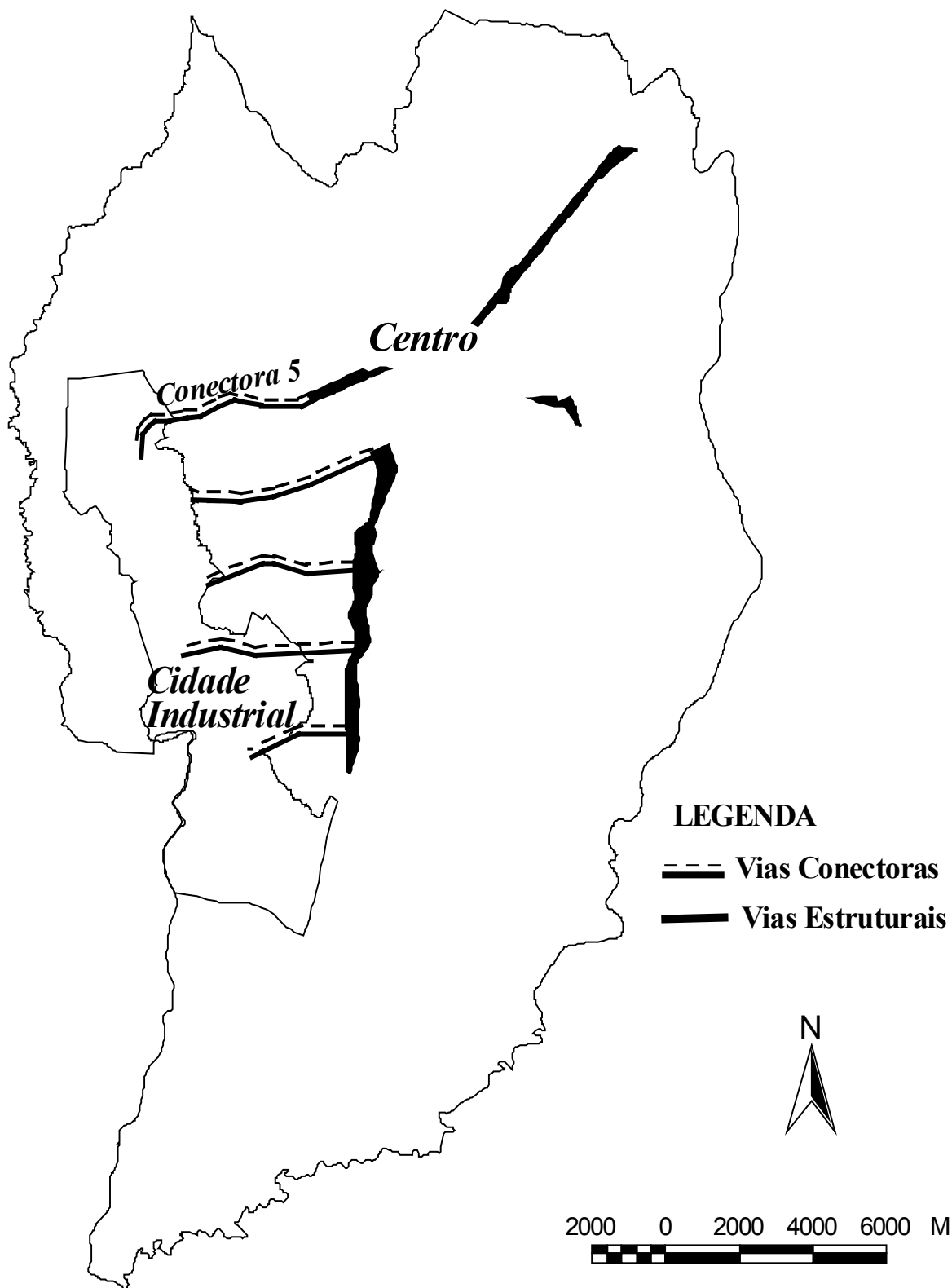
Fonte: IPPUC, 1997

De modo a incorporar a área destinada a indústria à dinâmica urbana, foram criadas as vias conectoras (no total de cinco), visando permitir a conexão entre a área industrial e os eixos estruturais, conforme pode ser observado no Mapa 03.

No entanto, apesar de inovador e ousado para a época, o Plano não contemplava nenhum mecanismo de integração com os municípios vizinhos, restringindo-se, exclusivamente ao município de Curitiba. Tal fato foi salientado por

Mapa 03.

# Curitiba: Vias Estruturais e Conectoras



Base Cartográfica: SEMA, 1999.  
Fonte: IPPUC, 1999.  
Desenho: Mônica C. P. Garcia

um dos relatores na Câmara Municipal no momento da votação da Lei, quando declarou seu voto perguntando se não seria oportuno

pensar nas vias de comunicações, nas regiões agrícolas, no abastecimento da capital, nas vilas operárias .... na água e esgoto, na saúde, na segurança pública e todos os demais problemas que poderão e deverão ser tratados em comum pelo Município da Capital e os adjacentes, sob a égide do Governo Estadual? (Parecer nº 99/66 da Comissão de Legislação e Justiça, In: SOUZA, 1999, p.122).

Todavia o Plano foi aprovado, porém sua implantação só se daria após 1971, quando Jaime Lerner assumiu pela primeira vez a Prefeitura de Curitiba.

Para viabilizar a implantação do Plano, foi criado o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, o IPPUC, em 1965, órgão que passou a ser o responsável por todas as ações relacionadas ao planejamento urbano e que, atualmente, além de fornecer parte dos quadros técnicos para a Prefeitura, o faz também para o Governo do Estado, na medida em que ambos, Prefeitura e Governo do Estado, são oriundos de uma mesma matriz técnico e política.

Contrariamente à “confortável” posição de Curitiba em face das questões de planejamento, a Região Metropolitana só passou a contar com um organismo com funções de planejamento na década de 70, por força da própria Lei que criou as Regiões Metropolitanas brasileiras. Assim, em 1975 foi criada a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, exatamente uma década após a criação do IPPUC.

As relações entre a COMEC e o IPPUC constavam na Lei de criação do órgão de planejamento metropolitano, quando definia que “para contribuir com as responsabilidades da Secretaria Executiva dos Conselhos, fosse contratado o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, IPPUC, para desenvolver as atividades de planejamento regional e de assessoramento dos Conselhos” (Metrópolis, 1999, p.9), o que de fato não teria acontecido, talvez porque as demandas de Curitiba fossem mais relevantes que as metropolitanas, não merecendo atenção maior por parte do IPPUC, envolvido que estava com o planejamento de Curitiba.

Na década de 70 o crescimento dos demais municípios da Região Metropolitana era incipiente, o que não parecia demandar ações mais vigorosas do

ponto de vista do planejamento. As principais questões urbanas concentravam-se em Curitiba e suas soluções eram propostas por quadros técnicos mais experientes, que já vinham formulando estratégias para enfrentá-las.

De toda forma, havia a necessidade formal da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI, para a nova unidade metropolitana, o que foi feito no ano de 1978.

O PDI, ao tratar da análise intra-regional da RMC, afirmava que a “realidade urbana [é] altamente concentrada no município pólo, com algumas áreas adjacentes fracamente estruturadas em termos urbanos e o restante do conjunto tipicamente rural, donde se depreende a necessidade de tratamento global da área, não meramente sob o enfoque de desenvolvimento urbano, mas sim da organização territorial” (PDI, 1978).

Isto demonstra claramente o hiato existente entre Curitiba e os demais municípios componentes da RMC, notadamente no que diz respeito às questões urbanas.

Dessa forma, constituiu-se uma nítida separação entre as duas instâncias de planejamento, quais sejam, a municipal e a metropolitana, com superioridade técnica e política da primeira em detrimento da segunda, a quem coube modestas ações no trato da questão.

Buscando formular uma explicação sobre as razões que teriam promovido o sucesso do planejamento urbano em Curitiba, OLIVEIRA (1995) considera que "a grande diferença de Curitiba com relação a outros projetos de reforma urbana é que, pura e simplesmente - para o bem ou para o mal - **ele foi executado** [grifo no original], ao passo que, no resto do país, a implantação dos Planos Diretores sempre foi adiada ou, na melhor das hipóteses, realizada apenas parcialmente" OLIVEIRA (1995, s/p).

O Autor pondera ainda que um dos fatos decisivos para a execução do Plano foi a continuidade político-administrativa que se seguiu à formulação do mesmo materializada, sobretudo, na indicação de Jaime Lerner para seu primeiro mandato como Prefeito de Curitiba, no período 1971-1975.

A identificação de Jaime Lerner ao Plano era total, afinal ele tinha sido não apenas presidente do IPPUC, como também membro local de acompanhamento dos

trabalhos de formulação do Plano. Assim, "usando da posição obtida, ele imediatamente nomeia para todas as funções relevantes na administração os seus companheiros de IPPUC. Desta forma eles assumem postos chave do poder público e, por extensão, compõe maciçamente os lugares no Conselho Deliberativo do IPPUC" (OLIVEIRA, 1995, s/p), tais fatos garantiram ao Prefeito encaminhar e aprovar importantes decisões relativas à implementação do Plano, o que não foi feito pelo seu antecessor.

Para OLIVEIRA (1995, s/p) o grande diferencial de Curitiba na implantação do Plano foi o fato de que

todo ele foi iniciado num mesmo período administrativo, tornando problemática a reversão das opções feitas pelas gestões que se seguiram. Contudo, este foi um dilema que o urbanismo curitibano não precisou enfrentar, uma vez que o sucessor de Jaime Lerner para a gestão 1975/1979 era um profissional amplamente identificado com o propósito de dar continuidade a implementação do plano e, até onde se sabe, extremamente grato a Jaime Lerner por este já ter tomado anteriormente as decisões mais temerárias.

Assim, o período entre 1971 e 1982 foi de continuidade político-administrativa, marcado pela administração Jaime Lerner no início e no final do período e tendo sido prefeito Saul Raiz entre 1975 e 1978<sup>10</sup>. Foram, portanto, doze anos de intensas transformações urbanas, materializadas em obras, desapropriações, alterações no sistema de transportes, etc, que resultaram em grandes mudanças na morfologia urbana de Curitiba. No entanto, ao invés da amenização dos problemas sociais, motivadores mesmo de sua elaboração, o Plano teve resultado inverso, pois

estas medidas, ocorridas na década de 70, objetivavam melhorar a qualidade de vida para a população induzida a ocupar os espaços próximos a estes eixos estruturais. Porém, os investimentos públicos provocaram o aumento do preço da terra, tornando-a inacessível à população de baixa renda. Dessa forma, uma das opções era a aquisição de lotes na área leste da cidade, cuja ocupação era desaconselhada pelo Plano Diretor, devido à proximidade dos mananciais da cidade, terrenos alagadiços e barreiras físicas, como a BR-116 ... (MONITORAÇÃO da Gestão Urbana, 1997, p. 66).

---

<sup>10</sup> Quando da elaboração do Plano era Prefeito Irvo Arzua (1962-1966), que foi sucedido por Omar Sabbag (1967-1970), cujo interesse não era pela implementação do Plano, o que de fato só viria a ocorrer no mandato seguinte, conforme destacado.



Desse modo, revela-se a face seletiva do planejamento urbano de Curitiba, que foi capaz de produzir uma cidade excludente, na medida em que, ao não ser planejada para o conjunto da sociedade, deixou à margem do processo grandes parcelas da população, as quais, ao viabilizarem por conta própria suas necessidades de moradia - ou a partir de mecanismos marginais ao planejamento como loteamentos clandestinos e irregulares -, o fizeram em áreas consideradas impróprias para ocupação dentro do município de Curitiba (conforme apontado na citação anterior) e onde, portanto, não teriam que pagar o preço do planejamento, ou então ocuparam as áreas fronteiriças com os municípios do entorno de Curitiba, desencadeando as intensas ocupações dos mananciais, que na atualidade apresentam-se como um dos maiores desafios para o equacionamento dos problemas sócio-ambientais metropolitanos.

Contudo e apesar dos contrastes sociais apontados, o planejamento se fortalecia em Curitiba, em razão dos interesses políticos e econômicos que contemplava. Assim, simultaneamente e de forma inversamente proporcional à autonomia e ao peso da agência local de planejamento, qual seja, o IPPUC e do próprio planejamento em si, a fragilidade do planejamento metropolitano tornava-se evidente. Talvez se pudesse afirmar mesmo que o sucesso do planejamento de Curitiba se assentou, em parte, na inexistência de ações semelhantes nos municípios vizinhos, seja ao nível individual, seja ao nível da Região Metropolitana, o que garantiu um caminho fácil de "acomodação" de certos conflitos sociais, sobretudo aqueles relacionados à moradia. Não é por outra razão que as áreas mais densamente ocupadas dos municípios vizinhos, são, desde essa época, aquelas que fazem contato com Curitiba, como já constatava no início da década de 80 o documento sobre a Reavaliação do PDI, ao afirmar que "a migração em direção à Região Metropolitana tem provocado rápida ocupação da periferia da Capital e dos municípios que se adensam nas áreas limítrofes com Curitiba. Via de regra, estas áreas recentemente adensadas carecem de todo tipo de infra-estrutura urbana" (PDI - Reavaliação, 1982, item 2.2.5.3.1).

A fragilidade do planejamento metropolitano pode ser demonstrada a partir da completa inversão entre o pretendido com o Plano de Desenvolvimento Integrado da

Região Metropolitana de Curitiba - PDI - do final da década de 70 e o que de fato ocorreu em termos de vetores de ocupação.

O PDI previa cinco subsistemas com vistas à organização territorial e, conseqüentemente, à estruturação metropolitana, eram eles:

- subsistema leste: caracterizado pelos municípios localizados nas áreas de mananciais e próximos à Serra do Mar, o que indicava a necessidade de preservação e contenção de ocupação, com destaque para Piraquara e São José dos Pinhais;
- subsistema sul: previa-se para esse subsistema a dinamização rural, com destaque para Mandirituba;
- subsistema oeste: localização prioritária do Parque Industrial, indicando o incremento de infra-estrutura para esse fim, os municípios de Campo Largo e Araucária são os mais representativos desse subsistema;
- subsistema norte: dinamização rural e extração mineral, presença de indústrias extrativas, destacando-se os municípios de Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré, Colombo e Bocaiúva do Sul;
- subsistema centro: núcleo dinâmico da Região Metropolitana, baseado nas atividades terciárias e representado por Curitiba.

O Plano afirmava textualmente a necessidade de controle da ocupação nos municípios localizados a leste, assim expresso “os centros urbanos nos municípios de Piraquara e São José dos Pinhais deverão ter seus crescimentos controlados de forma mais rígida em virtude de sua localização específica, muito próxima a áreas de captação de água e áreas inundáveis” (PDI, 1978).

Por sua vez o subsistema oeste em direção ao município de Campo Largo, era considerado o *eixo primordial de expansão urbana*, tendo em vista sua ligação com Ponta Grossa e o norte do estado. Assim, “a localização do Parque Industrial Metropolitano dar-se-á, preferencialmente, no subsistema oeste”, entre Araucária e Campo Largo (PDI, 1978).

A própria reavaliação dos resultados, mesmo que parciais do PDI feita no início da década de 80, no âmbito do governo estadual, já revelava a ausência de uma

ação prática em relação às diretrizes propostas, bem como a fragilidade do planejamento metropolitano proposto, pois admitia-se que

à oeste, onde pretendia-se a expansão urbana, o crescimento foi menor que o esperado. A expansão urbana se realizou reforçando tendências de crescimento já identificadas como é o caso do setor leste metropolitano, onde houve um relativo crescimento urbano pela ocupação de áreas loteadas anteriormente. Esse extravasamento da malha urbana resultou na inadequação do uso do solo urbano em áreas de potencial agropecuário e de preservação ... (PDI-Reavaliação, 1982)

Note-se a completa inversão do que havia sido planejado, seja por conta do descompasso entre o PDI e a realidade emergente, seja por conta da atuação de outros interesses como os do capital imobiliário e, mais recentemente, dos capitais industriais cuja atuação foi mais contundente que a do Plano. Desse modo e contrariamente aos pressupostos do PDI, a dinâmica econômica estabelecida na década de 90, reforçou a ocupação nos municípios localizados à leste, justamente aqueles que se identificavam como desfavoráveis à urbanização. É aí que se localizam, por exemplo, as fábricas da Renault e Audi/Volkswagem, além de parte considerável das áreas ocupadas pela população de baixa renda datadas do início da década de 90, dentre elas a do Guarituba, uma das maiores da RMC. Contrariamente, foi a oeste, onde deveria haver a dinamização econômica e urbana, que se registra, por exemplo, a passagem efêmera da montadora Chrysler, que portanto não colaborou para o alcance dos propósitos dinamizadores previstos no PDI.

Assim, Curitiba estruturou-se a partir da implementação rígida e contínua de seu Plano de Urbanismo que previa um igualmente rígido controle dos usos do solo, enquanto que a Região Metropolitana ficava à mercê dos interesses mais variados, inclusive das divergências político-partidárias, haja vista que a continuidade política havida no âmbito municipal, não se repetiu no âmbito estadual, portanto, os impasses se revelaram mais freqüentes nessa instância de governo.

No bojo do processo de planejamento urbano de Curitiba estava a criação da Cidade Industrial de Curitiba - conforme tratado anteriormente -, que representava, à época, o engajamento da cidade e do estado à uma das questões mais relevantes do período, qual seja, a industrialização. Cabe lembrar que o Brasil passava por uma de suas mais proeminentes fases industriais – o milagre brasileiro -, onde o Estado agia

como indutor da industrialização, havendo uma corrida generalizada por parte dos estados e municípios para a atração dos capitais que entravam no país.

No Paraná não foi diferente, e Curitiba, a capital do estado, com uma economia fortemente relacionada ao setor terciário, por conta da centralização das atividades administrativas; e com um recém iniciado processo de planejamento urbano, tinha na indústria a possibilidade de viabilização do crescimento econômico e, conseqüentemente, de sua projeção no cenário econômico nacional. Portanto, tratava-se de dar concretude aos novos encaminhamentos, não apenas no plano da ordenação urbana, como também, e não menos relevante, no plano econômico.

Segundo Jaime Lerner, prefeito à época de implantação da CIC, “a idéia da Cidade Industrial de Curitiba tinha um objetivo óbvio, que era o de dar substância econômica para uma cidade que multiplicava sua população” (CIC: 25 anos bem empregados, 1998, p. 21), sendo, portanto, uma importante estratégia para a geração de empregos e a transformação socio-econômica.

Referindo-se aos anos 70, Jaime Lerner afirma:

Naqueles anos, nós pensamos e operamos a transformação de Curitiba em três grandes linhas. Talvez a mudança mais lembrada daquela época seja ainda a reestruturação física da cidade, que implicou em uma verdadeira cirurgia urbana, com mudanças radicais no sistema viário, no transporte coletivo, no uso do solo e no conceito ambiental que permeou todo o planejamento, numa atitude então pioneira. A segunda grande linha foi a transformação cultural da cidade, com o surgimento de espaços como o Teatro do Paiol, o Centro de Criatividade e tantos outros, mas principalmente com uma política cultural que passou a tirar as pessoas da frente da televisão e levá-las para uma atitude mais participativa. Ponta fundamental do tripé foi a implantação da Cidade Industrial, que deu sustentação econômica para a nova Curitiba que se consolidou a partir de então. (CIC: 25 anos bem empregados, 1998, p. 21)

Para viabilizar a “terceira grande linha”, qual seja a CIC, e considerando que Curitiba não figurava no rol das cidades aptas a disputar e atrair grandes capitais “nós nos agarramos à qualidade de vida como argumento essencial para convencer os empresários de fora que queríamos atrair e, quando sentíamos que isso não os sensibilizava, escrevíamos cartas às suas esposas contrapondo as facilidades da vida em Curitiba às dificuldades dos grandes centros urbanos” (CIC: 25 anos bem empregados, 1998, p. 22)

Seria ingênuo acreditar que apenas ações como a anteriormente descrita tivessem peso decisivo na implantação industrial, a esse tipo de ação “subjéitiva”, seguiram-se outras bastante “objetivas”, como a venda de terrenos a preços subsidiados, participação acionário nos grandes empreendimentos, isenção de impostos, dentre outras, já apontadas anteriormente.

Mas o que nos interessa nesse momento é destacar o papel da CIC no contexto da cidade que se transformava e seu caráter de “substância econômica”. No passado e ainda hoje, muitos governos insistem na relação umbilical entre indústria, geração de empregos e crescimento econômico, porém, como adverte SANTOS (1982, p. 130), as indústrias instaladas são essencialmente de capital intensivo, portanto, “a indústria é, conseqüentemente, cada vez menos uma resposta à necessidade de geração de empregos”<sup>11</sup>. Apesar dessa constatação e mesmo na contramão dos fatos, os programas para a atração da indústria foram concebidos na década de 70 e novamente na fase recente (na década de 90), como grandes motivadores para a solução dos problemas de desemprego e geração de renda. No entanto, a “substância econômica” nos dois períodos apresenta-se significativamente diferenciada, ou seja, altera-se o tipo de indústria desejada nos anos 70 e nos 90, na medida em que a perspectiva da cidade também se alterou.

Nos anos 70 o processo de planejamento urbano apenas saía do papel e desejava-se uma cidade que cumprisse as funções básicas de *circulação*, *habitação*, *trabalho* e *lazer*, para tanto, concebeu-se um espaço industrial que se pretendeu integrado à cidade e não excluído dela. No entanto, na prática, a Cidade Industrial não passou de um distrito industrial, que buscava sua originalidade - em face do alastramento dessa iniciativa país a fora -, ressaltando os 43 milhões de m<sup>2</sup> reservados às indústrias, os serviços disponíveis no local e os conjuntos habitacionais voltados a abrigar a classe trabalhadora, tornando o trabalhador cativo, pois além de todas as facilidades de infra-estrutura, o trabalhador moraria, supostamente, próximo de seu local de trabalho, não necessitando se deslocar para suprir suas necessidades básicas.

---

<sup>11</sup> Sobre essa questão, nota-se que outras atividades bem menos festejadas e subsidiadas, podem apresentar um potencial maior de geração de empregos. Assim, por exemplo, enquanto a Chrysler gerou cerca de 350 empregos diretos, os novos hipermercados instalados em Curitiba geraram, em média, seiscentos empregos diretos por loja. No entanto, nunca foram apresentados como âncoras do desenvolvimento sócio-econômico.

Dessa forma, ao conjunto de vantagens apontadas anteriormente, soma-se o próprio planejamento urbano e o resultante primeiro desse jogo de fatores, qual seja, a qualidade de vida conquistada, como os grandes diferenciais de Curitiba e de seu projeto industrial.

Assim, havia uma certa seletividade em relação as indústrias que se implantariam, pois as mesmas não poderiam ser conflitantes com as premissas adotadas, certo é que algumas indústrias com grande potencial poluente passaram a se instalar em área contígua a CIC, porém no município de Araucária, que recebeu, inclusive, uma refinaria da Petrobras, a mesma que provocou em julho de 2000 o maior desastre ecológico fluvial no Brasil.

Os esforços se dirigiram para a atração de grandes indústrias de capital externo, cujo perfil de conjunto resultou na constituição do complexo metal-mecânico (composto pelos gêneros: material de transporte, mecânica, metalúrgica e material elétrico), com a implantação de unidades da New Holland, Robert Bosch, Pfaff do Brasil, Haas do Brasil, Volvo, Siemens, Furukawa, dentre outras, já citadas no anteriormente, portanto, nada de muito diferente do que acontecia no restante do país, com a intensificação de indústrias relacionadas aos bens de capital e de consumo duráveis.

Cabe ressaltar que a noção de qualidade de vida apenas se esboçava nessa época (década de 70) e já era utilizada pelo governo local como um diferencial na atração de investimentos, o que, ao longo do tempo tendeu a se aprofundar, na medida em que importantes organismos nacionais e internacionais passaram a corroborar a posição de Curitiba nesse aspecto<sup>12</sup>.

Assim, nada mais coerente que uma cidade com um planejamento inovador propusesse, em seu interior, uma nova concepção de ‘distrito industrial’<sup>13</sup>, tendo a qualidade de vida como um dos seus pilares, o resultado foi a implantação de um

---

<sup>12</sup> Inúmeras publicações internacionais apontam Curitiba como uma das melhores cidades do mundo para se viver, justamente ancoradas na noção de qualidade de vida.

<sup>13</sup> A denominação de ‘distrito industrial’ sempre foi combatida pelos administradores municipais, na medida em que afirmavam ter construído uma ‘cidade industrial’ onde se integravam as funções básicas para as empresas e pessoas. Interessante notar que, como argumento principal dessa diferenciação, figurava o combate à segregação da indústria que o distrito provocaria, considerando sua localização ‘a margem’ da malha urbana, enquanto na concepção de cidade industrial dar-se-ia a integração desse novo conjunto com a cidade. Porém, ao se conceber uma ‘cidade industrial’ dotada dos serviços essenciais às empresas e aos trabalhadores (comércio, moradias, serviços), o nível de segregação parece mais profundo, como se se quisesse facilitar o acesso da cidade à área industrial a partir de toda a infra-estrutura criada, mas não o contrário, ou seja, o acesso do trabalhador à cidade.

conjunto expressivo de indústrias, as principais de capital estrangeiro, o que foi decisivo para o elevado acréscimo da participação da indústria na composição do PIB municipal, hoje em torno de 38%, além de possibilitar a elevação dos níveis de emprego na indústria, hoje cerca de 28% do total de empregos formais de Curitiba, mas que, como era de se esperar, não foram suficientes para resolver o problema do desemprego, até porque a CIC funcionou como um grande reforço ao processo migratório em direção à Curitiba, que se intensificou nas décadas de 70 e 80, agravado por condições particulares no interior do estado, principalmente as transformações na agricultura, já mencionadas anteriormente.

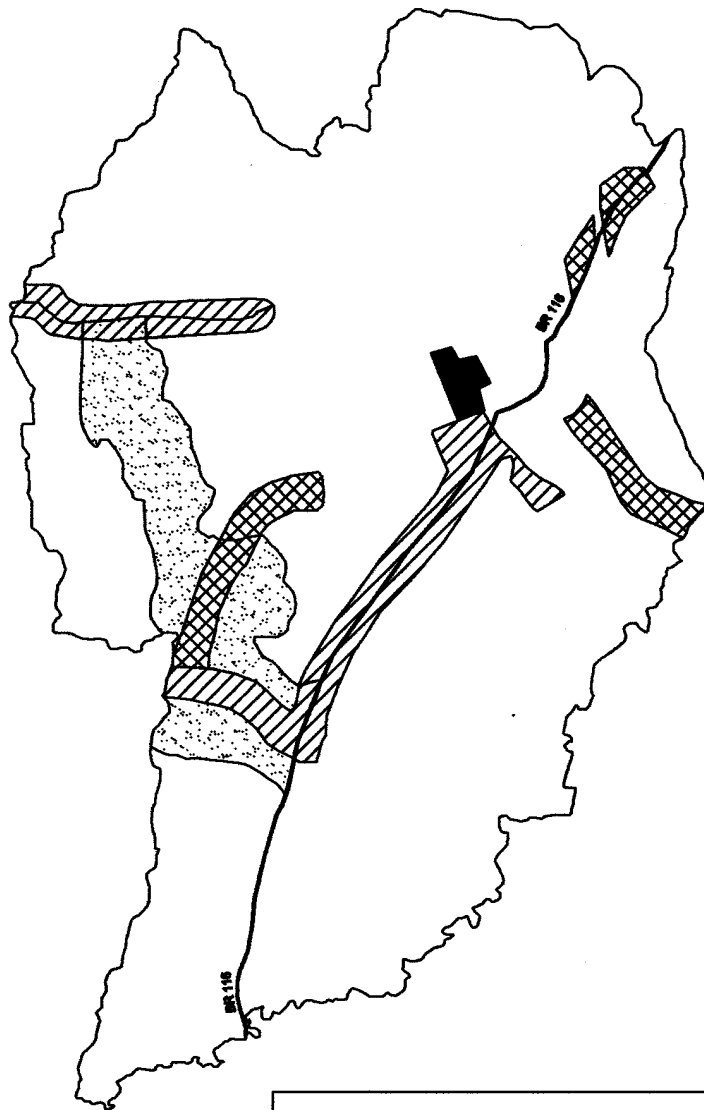
Portanto, como previsto, Curitiba passou a ter um certo peso industrial, que se não foi suficiente para alterar sua posição no quadro da indústria nacional, certamente o foi para alterar a posição de Curitiba e da Região Metropolitana no quadro da indústria paranaense, além de provocar importantes mudanças na estrutura produtiva do estado e de Curitiba, passando do predomínio das indústrias tradicionais às dinâmicas.

A indústria aparecia, à época, como uma condição fundamental para que a cidade se colocasse em sintonia com o conjunto nacional, pois, tratava-se do final da década de 60 e início dos 70. Para tanto, a cidade reservava uma área para a localização industrial, criava um conjunto de incentivos fiscais e financeiros, além de dotar de infra-estrutura e subsidiar os terrenos, objetivando, sobretudo, atrair grandes indústria externas, muitas delas multinacionais.

A localização industrial no contexto da estrutura intra-urbana de Curitiba (Mapa 04), mostra o paulatino distanciamento que tal atividade teve em relação ao centro da cidade, em decorrência não apenas das alterações nos transportes, como também nas definições quanto ao uso e ocupação do solo, e a própria complexidade que o fenômeno urbano passou a ter, culminando com o padrão desconcentrado a ser tratado no Capítulo 3, onde a localização industrial extrapolou os limites municipais de Curitiba.

Desse modo, enquanto a ferrovia se apresentava como o principal meio de transportes e a matéria prima tinha um peso decisivo enquanto fator de localização industrial, a indústria localizava-se próxima ao terminal ferroviário, no caso em questão até meados da década de 1950 quando o referido terminal foi desativado.

### CURITIBA: USO INDUSTRIAL DO SOLO, 1943-2000







0 7.5 km

Escala Aproximada

Fonte: Plano Agache/ 1966 - Lei 2826/66 - Lei 5234/75  
Organização: Olga Lúcia C. de F. Firkoewid  
Desenho: Cássia Dias T. Santos

#### LEGENDA

-  Zona Industrial - Plano Agache - 1943
  -  Zona Exclusivamente Industrial
  -  Zona Predominantemente Industrial
  -  Uso Industrial - Lei 5234/75 - CIC
- Lei 2826/66



Importantes estabelecimentos industriais localizavam-se nessa área, dentre outros a Fiat Lux (fósforo), a Matte Leão (chá), além de diversos moinhos. Aliás, quando da realização do primeiro plano de ordenamento urbano para Curitiba, o Plano Agache em 1943, tal área, constituída pelos bairros Rebouças e Prado Velho, passou a figurar como a zona industrial da cidade.

Com a emergência do transporte rodoviário e a maior agilidade por ele imprimida ao transporte de cargas e à localização industrial, associada ao novo modelo de planejamento urbano posto em marcha em Curitiba, fez-se necessário alterar também o local destinado à atividade industrial na cidade, o que ocorreu com a Lei 2826/66, que definiu as zonas de uso exclusivamente e predominantemente industrial, destacando-se a localização ao longo principalmente das rodovias BR 116 e BR 277.

Na verdade, um intenso debate ocorreu quando da formulação do Plano Preliminar de Urbanismo entre 1965 e 1966, quando duas posturas diferenciadas sobre a localização industrial ganhavam destaque, a saber, aquela que defendia a localização ao longo da BR 116 e outra que defendia a criação de um distrito industrial. Assim, o uso industrial ao longo da rodovia teve vida curta, já que a proposta de criação de um distrito industrial prevaleceu.

No entanto, da idéia à efetivação do distrito alguns anos se passaram, apenas em 1973 é que a área escolhida foi declarada como de utilidade pública para fins de desapropriação, bem como foi formulada a proposta de implantação da Cidade Industrial de Curitiba, visando à obter financiamento para o empreendimento.

Com isso, em 1975 a Lei 5234 promoveu alterações no zoneamento, revogando a legislação anterior e definindo a área da Cidade Industrial, como local destinado essencialmente ao uso industrial e criando artificios impeditivos para novas implantações em outras áreas da cidade, em vigor até o presente.

Portanto, a cidade que se estruturou a partir da década de 70, tinha como característica marcante a preocupação com o seu espaço interno, circunscrito aos limites político-administrativos do município, expressos através da criação de mecanismos ora restritivos, ora de incentivo à ocupação diferenciada dos espaços, por via de um rigoroso zoneamento, porém incapaz de dialogar com as demais cidades componentes da recém criada Região Metropolitana, seja pela superioridade

técnica de seu planejamento, seja pela inexistência de relações de caráter verdadeiramente metropolitano.

A rigidez do zoneamento revela a lógica da cidade produzida naquele momento específico, onde a cidade deveria, inspirada na fábrica fordista, apresentar a mesma funcionalidade e princípios de organização interna que, na perspectiva de ASCHER (1995, p. 90), caracterizam uma urbanização fordista que é produzida pela

evolution de la division du travail dans le monde de la production, avec son 'organisation scientifique', et la recherche de la maximisation des économies d'échelle; elle est aussi liée aux transformations des techniques de communication, de conservation et de transports; elle a suivi et engendré le développement d'une série de secteurs industriels et de technologies (la métallurgie, l'électromécanique, la sidérurgie, la chimie lourde, etc.) ...<sup>14</sup>

Desse modo, salientando que esse momento deve ser compreendido como inserido no regime de acumulação fordista, podemos destacar os seguintes elementos como fundamentais para a compreensão da estruturação de Curitiba nas décadas de 70 e 80, são eles:

- a) uma vigorosa ação do Estado no ordenamento do uso do solo e na estruturação intra-urbana, definindo um rígido zoneamento e limitando o acesso ao solo urbano, ao mesmo tempo em que privilegiava, através do sistema de transporte, aquelas camadas capazes de pagar o preço das inovações urbanísticas;
- b) a inexistência da dimensão metropolitana, na medida em que as relações com os municípios componentes da recém criada Região Metropolitana não eram estimuladas, bem como o planejamento metropolitano era inexistente;
- c) a relação entre os dois elementos anteriores e a chegada de grandes contingentes populacionais originários sobretudo do campo paranaense, favoreceu a concentração das camadas de baixa renda nos municípios do entorno de Curitiba, que se tornariam decisivos para o surgimento das relações metropolitanas no período posterior, ainda que restritas quase que exclusivamente na emergência das cidades-dormitórios;

---

<sup>14</sup> "Evolução da divisão do trabalho no mundo da produção, com sua 'organização científica' e a busca da maximização das economias de escala; ela está também ligada às transformações das técnicas de comunicação, de conservação e de transportes; ela tem acompanhado e engendrado o desenvolvimento de uma série de setores industriais e de tecnologias (a metalurgia, a eletro-mecânica, a siderurgia, a química pesada, etc.)."

- d) a emergência - também a partir da indução do Estado - da indústria moderna e dinâmica representada pelo complexo metal-mecânico (composto pelos gêneros material de transportes, mecânica, metalúrgica e material elétrico), com poucos vínculos com o setor agropecuário, até então responsável pela sustentação econômica do estado, e
- e) a concentração da indústria em Curitiba, imprimindo-lhe um perfil industrial até então inexistente.

Assim, identificados os principais elementos caracterizadores da gênese do processo atual, cabe verificar como os mesmos se combinaram no decorrer do tempo, mais especificamente no período intermediário em que se dá o amadurecimento das condições anteriores e a inflexão para um novo momento, considerando sobretudo a emergência de um novo regime de acumulação, que se não se manifesta de forma completa no Brasil, ao menos dá indícios de sua vigência a partir das mudanças havidas no âmbito da indústria. Tal será a preocupação do próximo Capítulo.